

anais da

II JORNADA CIENTÍFICA

DE POLÍTICAS PÚBLICAS
& 10 anos do curso de Serviço Social

II SEMANA CIENTÍFICA

Conhecimento que transforma: Ética, Crítica e Inclusão social



FEMAF

FACULDADE FEMAF

Dados Internacionais de Catalogação na Publicação (CIP)

A586

Anais da II Jornada Científica de Políticas Públicas. (10anos do Curso de Serviço Social) – II Semana Científica. – (Conhecimento que transforma: Ética, Crítica e Inclusão Social). [recurso eletrônico] / Organização: Francisco Eric Vale de Sousa, Viviane Soares Silva. – 1. ed. – Pedreiras, MA: Faculdade FEMAF, 2025.

27 p.

Evento realizado pela Faculdade FEMAF. Pedreiras, MA.

1. Serviço Social. 2. Conhecimento. 3. Ética. 4. Crítica. 5. Inclusão Social. I. Sousa, Francisco Eric Vale. II. Silva, Viviane Soares. III. Título.

CDD 361.61
CDU 364-1

Ficha Catalográfica elaborada por Elza Gardênia de C. Freitas - Bibliotecária –
CRB13/796.
Resolução CFB nº 184, de 29 de setembro de 2017.

**FACULDADE DE EDUCAÇÃO MEMORIAL ADELAIDE FRANCO – FEMAF
COORDENAÇÃO DE PESQUISA E EXTENSÃO**

**ANAIS da 2ª Jornada Científica de Políticas Públicas do Curso de Serviço
Social e da 2ª Semana Científica FEMAF 2025**

FACULDADE DE EDUCAÇÃO MEMORIAL ADELAIDE FRANCO - FEMAF

Diretor Presidente

Francisco Rodrigues da Silva

Diretora Acadêmico

Francisca Cilene Franco da Silva

Coordenadora do Curso de Serviço Social

Viviane Soares

Coordenador de Pesquisa e Extensão

Francisco Eric Vale de Sousa

Apresentação

Caro leitor,

Elaborar os Anais da 2ª Jornada Científica de Políticas Públicas do Curso de Serviço Social e da 2ª Semana Científica FEMAF 2025 é, em primeiro lugar, uma tarefa árdua, pois todos os detalhes devem ser cuidadosamente considerados e nenhum estudo científico pode ser negligenciado. Uma semana intensa de eventos que se tornou relevante e necessário para a estruturação da produção científica na FEMAF.

Incentivamos e lutamos para que todos os anos seja realizado esse tipo de evento e com ele a organização dos ANAIS, pois acreditamos que esse material possui uma valiosidade para todos nós que somos a FEMAF. Os ANAIS são o produto final de trabalhos construídos com esmero e dedicação. Não há outra forma da FEMAF presentear a comunidade com tamanha produção científica a não ser por meio desta publicação.

Estamos a cada dia desejosos de que os nossos alunos percebam o sabor delicioso de ser pesquisador e com isso almejem publicar trabalhos científicos em tantos outros meios de veiculação científica.

Desejamos boa leitura aos trabalhos científicos aqui publicados e apresentados oralmente no nosso evento, ousamos dizer que aqui está o nosso retrato como iniciantes na pesquisa científica. Aqui está o fruto do nosso trabalho durante todo o ano, por isso, aprecie, leiam, citem como referências em seus manuscritos e assim divulguem o conhecimento aqui produzido.

Atenciosamente,

Prof. Dr. Francisco Eric Vale de Sousa

Sumário

A DINÂMICA PSÍQUICA DE CORALINE SOB A PERSPECTIVA FREUDIANA:	7
A INFLUÊNCIA DAS REDES SOCIAIS NA AUTOESTIMA DE JOVENS E ADULTOS: DESAFIOS E ESTRATÉGIAS PARA UM USO CONSCIENTE E EQUILIBRADO NO MUNDO DIGITAL	8
A INFLUÊNCIA DO ESTRESSE NO DESEMPENHO ACADÊMICO DOS ESTUDANTES DO ENSINO MÉDIO	9
A LOGOTERAPIA E O VAZIO EXISTENCIAL: prática e manejo em quadro suicidas.....	11
A MÚSICA COMO CANAL DE EXPRESSÃO NO TRANSTORNO DO ESPECTRO AUTISTA	13
A MUSICOTERAPIA COMO FERRAMNENTA DE TRATAMENTO CLÍNICO DO TEA	15
A PSICOLOGIA NO AMBIENTE HOSPITALAR: Visita técnica ao Hospital Getúlio Vargas em Teresina-PI - Relato de experiência.	17
A RESSOCIALIZAÇÃO DE EX-APENADOS SOB A ÓTICA DA PSICOLOGIA SOCIAL: UMA ANÁLISE DA IDENTIDADE COMO BARREIRA À REINTEGRAÇÃO	18
ARTETERAPIA: O estudo na Clínica Psicológica associada a redução da ansiedade.	19
CONTRIBUIÇÕES PSICOLÓGICAS DA TCC NO TRATAMENTO DE TRANSTORNOS ALIMENTARES .	21
DIFICULDADES E TRANSTORNOS DE APRENDIZAGEM: A Importância de Compreender suas Definições e Diferenças	23
ESPELHO DOS VÍNCULOS: A influência dos estilos parentais na formação da dependência afetiva	24
O LUTO NA CLÍNICA PSICOLÓGICA: UMA PERSPECTIVA DA TERAPIA COGNITIVO COMPORTAMENTAL	25
O PAPEL DA TERAPIA COGNITIVO COMPORTAMENTAL NA RESOLUÇÃO DE CONFLITOS CONJUGAIS	27
O PAPEL DO APEGO E SEUS IMPACTOS NA VIDA ADULTA	28
O USO DAS REDES SOCIAIS: os efeitos no comportamento e o	30
desenvolvimento de sintomas patológicos nos jovens	30
PSICOTERAPIA CLÍNICA COM PESSOAS EM SITUAÇÃO DE ISOLAMENTO SOCIAL: Impactos da Pandemia e Estratégias Terapêuticas	32
RELAÇÕES SOCIAIS NA TERCEIRA IDADE: efeitos do afastamento e intervenções psicológicas para a saúde mental.....	33
TERAPIA DIALÉTICA COMPORTAMENTAL E TRANSTORNO DE PERSONALIDADE BORDERLINE: Uma análise bibliográfica	35

**FACULDADE DE EDUCAÇÃO MEMORIAL ADELAIDE FRANCO – FEMAF
COORDENAÇÃO DE PESQUISA E EXTENSÃO**

ANAIS da 2ª Jornada Científica de Políticas Públicas do Curso de Serviço Social e da 2ª Semana Científica FEMAF 2025

A PARTICIPAÇÃO DE ALUNOS COM DEFICIÊNCIAS E/OU TRANSTORNOS NAS AULAS DE EDUCAÇÃO FÍSICA NO ENSINO MÉDIO	37
A PERCEPÇÃO DA IMAGEM DE ADOLESCENTES.....	38
LEVANTAMENTO DO NÍVEL DE APTIDÃO FÍSICA DE ADOLESCENTES DE ESCOLINHAS DE FUTEBOL DE PEDREIRAS-MA.....	39
DESAFIOS NO ENFRENTAMENTO Á VIOLÊNCIA CONTRA A PESSOA IDOSA NO BRASIL	41
EDUCAÇÃO FÍSICA ADAPTADA COMO RECURSO DIDÁTICO PARA INCLUSÃO DE ESCOLARES	43
INFLUÊNCIA DAS POLÍCIAS SOCIAIS NA REDUÇÃO DA DESIGUALDADEECONÔMICA: principais avanços e limitações	44
A FORMAÇÃO ÉTICA DO ASSISTENTE SOCIAL: ENTRE A TEORIA E A PRÁTICA	45
A IMPORTÂNCIA DOS FUNDAMENTOS HISTÓRICOS E TEÓRICOS PARA A INTERVENÇÃO DO SERVIÇO SOCIAL NA QUESTÃO SOCIAL.....	47
VIOLÊNCIA CONTRA A MULHER E FEMINICÍDIO: UMA ANÁLISE SOCIAL, LEGAL E POLÍTICA.....	49
AS RAÍZES DO PRECONCEITO CONTRA A POPULAÇÃO LGBTQIA+ E A LUTA POR DIREITOS	51
PROMOVENDO A INCLUSÃO: ANÁLISE DO TRANSTORNO DO ESPECTRO AUTISTA (TEA) NO AMBIENTE ESCOLAR.....	53
VIOLÊNCIA SEXUAL CONTRA CRIANÇAS E ADOLESCENTES: REFLEXOS DE UMA CULTURA MACHISTA.....	55
A ATUAÇÃO DO ASSISTENTE SOCIAL NO CRAS: COMPREENDENDO AS COMPETÊNCIAS E ATRIBUIÇÕES	57
ERGONOMIA NA CONSTRUÇÃO CIVIL: A Aplicação da NR-17 em Canteiros de Obras	59
FORMAÇÃO CONTINUADA DE PROFESSORES E A INCLUSÃO DE ALUNOS COM TRANSTORNO DO ESPECTRO AUTISTA NA SALA DE AULA REGULAR.....	61

**A DINÂMICA PSÍQUICA DE CORALINE SOB A PERSPECTIVA
FREUDIANA:
INCONSCIENTE, CONDENSAÇÃO, DESLOCAMENTO E SIMBOLIZAÇÃO**

LEDY EDUARDA ALENCAR DA SILVA¹; YASMIN CRISTINA
FRANCO DE OLIVEIRA²; JAKELINE CONCEIÇÃO GUIMARÃES
DE SOUZA³

¹Ledy Eduarda Alencar da Silva – ledyalencar8@hotmail.com

²Yasmin Cristina Franco de Oliveira – yasmincristina8283@gmail.com

³Jakeline Conceição Guimarães de Souza – Jakeline.psi@hotmail.com

Introdução: No cenário contemporâneo, observa-se um crescimento do uso do cinema como linguagem simbólica e autorreflexiva, possibilitando diálogos com a Psicanálise. O filme *Coraline e o Mundo Secreto* (2009), por sua narrativa onírica e simbólica, oferece uma rica possibilidade de análise da psique infantil sob a perspectiva freudiana.

Objetivos: Este trabalho apresenta como objetivo compreender a experiência psíquica da personagem Coraline a partir dos conceitos freudianos de condensação, deslocamento e simbolização, destacando o potencial do cinema como ferramenta pedagógica na formação em Psicologia. **Metodologia:** Este é um estudo de revisão bibliográfica, com natureza interpretativa, onde foram utilizados livros e sites de busca, como SCIELO, PEPSIC e outros, através das palavras-chave: inconsciente, sonhos, condensação, deslocamento e simbolização. **Resultados:** A análise revelou que o universo alternativo de Coraline representa a manifestação simbólica de seus desejos inconscientes, com forte presença dos mecanismos de defesa durante o processo de formação dos sonhos no enredo. **Conclusões:** Conclui-se então que o cinema pode servir à compreensão de conceitos psicanalíticos e ao desenvolvimento de habilidades como observação e pensamento crítico. Reforça-se, assim, a importância de ampliar as investigações sobre o uso pedagógico do cinema na formação de psicólogos no Brasil.

Palavras-chave: Inconsciente; sonhos; condensação; deslocamento; simbolização.

A INFLUÊNCIA DAS REDES SOCIAIS NA AUTOESTIMA DE JOVENS E ADULTOS: DESAFIOS E ESTRATÉGIAS PARA UM USO CONSCIENTE E EQUILIBRADO NO MUNDO DIGITAL

TALISSON SIQUEIRA DE ALMEIDA¹, Orientadora: VALQUIRIA OLIVEIRA SOUSA² Faculdade de Educação Memorial Adelaide Franco-FEMAF¹, siqueiratalisson085@outlook.com Faculdade de Educação Memorial Adelaide Franco-FEMAF², valquiriasousapsic@gmail.com

Este trabalho analisa a influência das redes sociais na construção da autoestima de jovens e adultos, considerando os impactos psicológicos provocados pelo uso cotidiano de plataformas como Instagram, TikTok, "X" (antigo Twitter) e Facebook. A pesquisa, de abordagem qualitativa e descritiva, fundamenta-se em revisão bibliográfica e aplicação de questionários a 100 brasileiros com idades entre 17 e 57 anos. Os dados revelam que 61% dos participantes já se sentiram constrangidos com a própria aparência após consumir conteúdos nas redes sociais, e 77% relataram sentir-se pressionados a atender aos padrões estéticos impostos por essas mídias. O estudo discute os efeitos da comparação social, conforme a Teoria de Festinger (1954), e como a exposição a padrões idealizados pode gerar frustrações, insegurança e dependência de validação externa. A autoestima, sustentada por pilares como autoimagem e autoeficácia, mostra-se vulnerável em contextos digitais, especialmente entre adolescentes e jovens adultos, que são mais suscetíveis às imposições de uma cultura visual centrada no corpo e no sucesso. Além disso, a pesquisa aponta que o uso excessivo das redes sociais está diretamente associado a sintomas de ansiedade, depressão, transtornos alimentares e cyberbullying, afetando principalmente as meninas. O estudo também se apoia em representações da cultura midiática, como o filme *The Substance* (2024), que metaforiza a busca pela perfeição e seus efeitos destrutivos sobre a identidade e a autoestima. Conclui-se que, embora as redes sociais possam favorecer conexões sociais, seu uso desmedido compromete o bem-estar psíquico, exigindo ações educativas, estratégias de conscientização e políticas públicas voltadas ao uso crítico e equilibrado dessas plataformas digitais.

Palavras-chave: autoestima. comparação. redes sociais. autoimagem. psicologia.

A INFLUÊNCIA DO ESTRESSE NO DESEMPENHO ACADÊMICO DOS ESTUDANTES DO ENSINO MÉDIO

LUANA ALVES MIRANDA DE SOUSA¹; KAYLANE CRISTINA DE SOUSA
SIQUEIRA² IRAILDE PEREIRA DA SILVA³; CLAUDIELLI FRANCY DA COSTA
DIAS⁴

¹Faculdade de Educação Memorial Adelaide Franco - luanaalvesmirandadesousa@gmail.com

²Faculdade de Educação Memorial Adelaide Franco – kakacrissiqueira123@gmail.com

³Faculdade de Educação Memorial Adelaide Franco - iraildepereira04@gmail.com

⁴Faculdade de Educação Memorial Adelaide Franco – claudiellidias.psi@gmail.com

Introdução: A adolescência é um período marcado por intensas transformações emocionais, cognitivas e sociais, tornando-os mais vulneráveis ao estresse. No contexto escolar, especialmente no ensino médio, os adolescentes enfrentam uma série de demandas que vão desde a pressão para obter bons resultados acadêmicos até a necessidade de tomar decisões importantes sobre o futuro profissional. **Objetivos:** Este trabalho tem como objetivo analisar como o estresse excessivo influencia o desempenho acadêmico de adolescentes no ensino médio. Além disso, investiga-se a relação entre estresse e prejuízos nos processos cognitivos envolvidos na aprendizagem, especialmente na atenção, memória e consolidação de conhecimentos. **Metodologia:** A metodologia utilizada foi a pesquisa bibliográfica, de natureza qualitativa e abordagem teórica, com base em artigos científicos, livros e teses publicadas nos últimos cinco anos, foram incluídas também obras consideradas relevantes para o tema, ainda que não se enquadrem no período de tempo estabelecido. **Resultados:** Os resultados apontam que fatores como pressões familiares, sobrecarga de tarefas escolares, expectativas quanto ao futuro e dificuldades emocionais impactam negativamente nos processos cognitivos relacionados à atenção, memória e aprendizagem. Além disso, observa-se que o estresse pode desencadear sintomas físicos e emocionais, contribuindo para a queda no rendimento escolar e aumentando a vulnerabilidade a transtornos como ansiedade e depressão. **Conclusão:** Conclui-se que compreender os efeitos do estresse e promover apoio emocional nas escolas são medidas fundamentais para melhorar a saúde mental e o desempenho acadêmico dos estudantes.

Palavras-chave: estresse acadêmico; desempenho escolar; adolescentes; ensino médio; aprendizagem; memória.

**A LOGOTERAPIA E O VAZIO EXISTENCIAL: prática e manejo em quadro
suicidas.**

ANDERSON LUCAS ALENCAR DE JESUS; ANA PAULA LIMA SILVA; ISIS
MIRIDAN LOPES DE SOUSA

*FEMAF – andersonlucas97@hotmail.com - limasilva.anapaula@icloud.com; FEMAF –
isismiridanpsi@gmail.com*

Introdução: Os casos de suicídio ou tentativa vem sendo motivo de grande preocupação atualmente, alcançando altos índices, sendo está uma das principais causas de morte entre jovens na faixa etária de 15 a 29 anos, no ano de 2023. Segundo dados da OMS (Organização Mundial de Saúde), cerca de 800 mil pessoas morrem vítimas de suicídio todos os anos, e há um número mais elevado de casos de pessoas que tentam cometer suicídio (OMS,2022). **Objetivos:** Identificar as principais técnicas desenvolvidas pela logoterapia e os recursos utilizados para neutralizar riscos ou prevenir a ideação suicida. Por meio dos objetivos específicos, analisar os sinais e sintomas de sujeito que se encontram em quadros suicidas; pesquisar os principais teóricos que explicam a linha de pensamento da logoterapia; e apontar as formas de manejo apresentadas pela logoterapia com pacientes que apresentam quadros suicidas. **Metodologia:** A pesquisa em questão é de caráter quantitativo, tendo como procedimento um estudo descritivo e bibliográfico, onde foram utilizados como método de busca: artigos, site e livros específicos, oferecendo credibilidade e propósitos claros de bom entendimento ao leitor, tornando fundamental seguir uma metodologia flexível e transigente, iniciada pela apresentação dos termos de busca. **Resultados:** A aplicação técnica no contexto suicida se apresenta estabelecendo um vínculo terapêutico com paciente, nesse momento se criar um ambiente de acolhimento, confiança e principalmente empatia. A logoterapia está no encorajamento para ações com significado, surge como ideia de propor uma ação, atividades ou tarefas significativas que podem ser formas de reconectar o indivíduo com a vida, desenvolver uma perspectiva de com valores e legado, ajudando o paciente a identificar o impacto de

ANAIS da 2ª Jornada Científica de Políticas Públicas do Curso de Serviço Social e da 2ª Semana Científica FEMAF 2025

suas ações na vida de outros e a refletir sobre o legado. **Conclusões:** Observou-se que o advento tecnológico e à globalização da sociedade trouxe consequência, no sentido em que o homem se tornou um sujeito livre e, ao se deparar com a responsabilidade das suas escolhas, sente-se inseguro em sua subjetividade.

Palavras-chave: Humanismo; Logoterapia; Prevenção ao suicídio; Psicoterapia.

A MÚSICA COMO CANAL DE EXPRESSÃO NO TRANSTORNO DO ESPECTRO AUTISTA

BRUNA ALVES RODRIGUES, BÁRBARA ALVES LIMA, CAUÃ I. S. S. SOARES,
EDMA RIBEIRO LUZ

*Acadêmicos do 1 período de Psicologia – Faculdade de Educação Memorial Adelaide Franco (FEMAF)
Emails: rxxbrualvss@gmail.com, barbaralima5589@gmail.com, cauai6884@gmail.com.
Orientadora: Profa. Edma Ribeiro Luz - edmaluzribeiro@gmail.com.*

Introdução: Ao longo dos tempos, diferentes formas de expressividade têm sido utilizadas no apoio ao desenvolvimento humano. A música, nesse contexto, destaca-se como recurso promissor, especialmente quando associada a perspectivas neuro divergentes, como no Espectro Autista (TEA). Este trabalho propõe uma reflexão sobre seu uso como canal de expressão e comunicação. **Objetivos:** Esse trabalho tem como principal objetivo estimular a compreensão sobre a importância da musicoterapia como canal de expressão emocional e social para indivíduos com Transtorno do Espectro Autista (TEA). Assim, visa-se analisar como essa prática terapêutica favorece a comunicação e a estimulação das habilidades cognitivas e sensoriais, bem como os benefícios para o bem-estar e qualidade de vida de pessoas com TEA. **Metodologia:** Trata-se de uma pesquisa qualitativa, de carácter exploratório, com base em revisões bibliográficas a respeito do uso da musicoterapia como canal de expressão e comunicação no âmbito do Transtorno do Espectro Autista (TEA). A escolha dos métodos utilizados visa a compreensão, a partir de fontes teóricas, sobre os benefícios e importância da prática da música para terapia de indivíduos com TEA. Ademais, a coleta de dados foi feita por meio de materiais publicados em plataformas científicas e institucionais, como o site da organização Autismo e Realidade, a Revista Brasileira de Musicoterapia, e a base científica SciELO. **Resultados:** O uso da musicoterapia em pacientes dentro do Espectro Autista tem se mostrado significativo ao se analisar os aspectos gerais do desenvolvimento cognitivo, social e emocional desses indivíduos. Logo, tal prática contribui na amenização das crises de estresse e de ansiedade, há benefícios voltados à

ANAIS da 2ª Jornada Científica de Políticas Públicas do Curso de Serviço Social e da 2ª Semana Científica FEMAF 2025

expressividade na comunicação e também no desenvolvimento da criatividade e autonomia. Portanto, tal prática precisa ser reforçada no campo das abordagens psicológicas, além de ser necessário potencializar sua perspectiva humanizada visando promover maior adesão dos pacientes no processo terapêutico. **Conclusões:** Portanto, é possível concluir que a musicoterapia como ferramenta terapêutica é eficaz no acompanhamento de pessoas com Transtorno do Espectro Autista, tendo-se em mente os diversos benefícios à comunicação e a expressividade emocional.

Palavras-chave: Musicoterapia; terapia; autismo; expressão.

A MUSICOTERAPIA COMO FERRAMNENTA DE TRATAMENTO CLÍNICO DO TEA

Francisca Luzia de Sousa Leitão, acadêmica de Psicologia, FEMAF,
franciscaluziasousaleitao@gmail.com Iara Marinho de Sousa, acadêmica de Psicologia,
FEMAF, iarasousa.m16@gmail.com
Isis Miridan Lopes de Sousa, docente, FEMAF, isismiridan.psi@gmail.com

Introdução: A musicoterapia tem se mostrado uma abordagem eficaz, uma vez que proporciona uma melhoria no desenvolvimento cognitivo, social e emocional, atuando como uma ponte para o aperfeiçoamento da regulação emocional e da linguagem. A musicoterapia, com isso, torna-se uma forma diferente e eficaz de tratamento em relação às terapias tradicionais. Por isso, o presente estudo tem como seguinte problemática: Como a musicoterapia pode contribuir tratamento ou na intervenção de crianças com o diagnóstico voltado para o transtorno do espectro autista (TEA)? **Objetivos:** Pretende-se analisar a importância e benefícios da Musicoterapia no tratamento de crianças com TEA. Assim como identificar o que é a musicoterapia enquanto abordagem terapêutica, entender como a musicoterapia pode ser aplicada e usada no tratamento de crianças autistas e verificar a eficácia clínica das estratégias e técnicas da musicoterapia. **Metodologia:** O estudo se deu por meio de uma pesquisa qualitativa, utilizando como métodos principais a análise de documentos e revisões bibliográficas. A revisão bibliográfica foi realizada em bases de dados como Scielo, Pepsic, Lilacs, Periódicos Capes. Foram incluídos estudos publicados dos últimos 7 anos, em português e espanhol, utilizando descritores como “musicoterapia e autismo”, “TEA”, “musicoterapia e tratamento clínico”. **Resultados:** Em relação ao Transtorno do Espectro Autista, dentre alguns tratamentos utilizados, presentemente, com base na melhoria do quadro clínico, tem-se a musicoterapia, que vem trazendo significativos resultados (BRANDALISE A, 2013; apud Nogueira et al, 2021, pág. 2). No âmbito educacional, a musicoterapia provoca mudanças comportamentais nas crianças com TEA, promovendo uma melhor adaptação

ANAIS da 2ª Jornada Científica de Políticas Públicas do Curso de Serviço Social e da 2ª Semana Científica FEMAF 2025

à vida escolar (ARAÚJO NA, et al, 2018; apud Nogueira et al, 2021, pág. 5). As atividades musicais aperfeiçoam o intelecto trazendo uma evolução no desenvolvimento pessoal e no bem estar do autista (da Silva & da Silva, 2007; apud Freitas et al, 2020, pág 5). **Conclusões:** A Musicoterapia tem se mostrado uma abordagem promissora no tratamento de crianças diagnosticadas com autismo, contribuindo de forma significativa para o desenvolvimento social, cognitivo e emocional. Por meio da música torna-se possível ultrapassar barreiras com da linguagem verbal produzir melhorias no processo de ensino-aprendizagem, desenvolver maiores vínculos relacionados à família, favorecer de forma significativa o trabalho do psicólogo.

Palavras-chave: TEA, Musicoterapia, Diagnóstico, Tratamento Clínico, Autismo.

A PSICOLOGIA NO AMBIENTE HOSPITALAR: Visita técnica ao Hospital Getúlio Vargas em Teresina-PI - Relato de experiência.

ILANA SOUSA CAVALCANTE ¹; PEDRO KHAYAN LIMA FERREIRA²;
FRANCISCO ERIC VALE DE SOUSA³

¹Faculdade de Educação Memorial Adelaide Franco – ilanasousacavalcante@gmail.com

²Faculdade de Educação Memorial Adelaide Franco – pedrokhayanv@gmail.com

³ Universidade La Salle - UniLasalle – ericvale1@hotmail.com

Introdução: A Psicologia Hospitalar surge como uma interface entre a psicologia e o ambiente hospitalar, tendo como fator emergente o processo de adoecimento, em diferentes níveis e intensidades. Nesse processo de internação, a perda da autonomia e a possibilidade de morte desencadeiam distintas reações nos pacientes que vivenciam tal situação. **Objetivo:** Relatar a experiência da Liga Acadêmica de Psicologia e Saúde Mental - LAPSI sobre uma visita técnica ao Hospital Getúlio Vargas (HGV) em Teresina-PI. **Metodologia:** Este trabalho constitui-se como um relato de experiência, cuja proposta visa descrever sobre a visita técnica realizada ao Hospital Getúlio Vargas (HGV), em Teresina (PI), por membros da Liga Acadêmica de Psicologia e Saúde Mental-LAPSI. **Resultados:** A Liga Acadêmica de Psicologia e Saúde Mental, juntamente com outros discentes do curso de psicologia, realizaram uma visita técnica ao Hospital Getúlio Vargas em Teresina. Essa experiência permitiu a observação prática de como o psicólogo hospitalar pode atuar, as belezas e os conflitos desta modalidade de atendimento, os recursos disponíveis e os obstáculos diários para se realizar uma escuta ética e acolhedora. **Conclusões:** A vivência permitiu ampliar nosso olhar sobre os desafios enfrentados diariamente pelos psicólogos que atuam nesse cenário hospitalar, bem como compreender a complexidade das demandas emocionais dos pacientes, familiares e da própria equipe de saúde.

Palavras-chave: Psicologia Hospitalar; Visita técnica; Humanização.

A RESSOCIALIZAÇÃO DE EX-APENADOS SOB A ÓTICA DA PSICOLOGIA SOCIAL: UMA ANÁLISE DA IDENTIDADE COMO BARREIRA À REINTEGRAÇÃO

THAYSSA EMELLE SILVA COSTA¹; VALQUIRIA OLIVEIRA SOUSA²

¹*Faculdade Memorial Adelaide Franco – emelle.thayssa@gmail.com*

²*Faculdade Memorial Adelaide Franco – valquiriasousapsic@gmail.com*

Introdução: A reintegração social de ex-detentos no Brasil enfrenta uma série de desafios, tanto estruturais quanto simbólicos. Esses obstáculos vão da superlotação nas prisões ao preconceito enfrentado pelos apenados ao cumprir suas penas. **Objetivos:** Analisar os desafios e as contribuições da Psicologia Social nesse contexto de reintegração, tal qual o papel de instituições como a Associação de Proteção e Assistência aos Condenados (APAC). **Metodologia:** A pesquisa adotou uma metodologia qualitativa, baseada em uma revisão bibliográfica onde foram utilizados sites de busca, como SciELO, Google Acadêmico e Redalyc. **Resultados:** Apontam que a atuação integrada entre sociedade, políticas públicas e profissionais de Psicologia é essencial para promover uma ressocialização efetiva, reduzindo índices de reincidência e fortalecendo vínculos sociais. **Conclusões:** A ressocialização de ex-apenados envolve desafios ligados ao estigma social, exigindo ações integradas entre sociedade e profissionais, ressaltando a importância das abordagens interdisciplinares.

Palavras-chave: Reintegração; Identidade estigmatizada; Psicologia Social; Sistema carcerário.

**ARTETERAPIA: O estudo na Clínica Psicológica associada a redução da
ansiedade.**

LUISMARA DANTAS VIANA¹; WELLY VITORIA LIMA CORDEIRO²; ISIS
MIRIDAN LOPES DE SOUSA³

¹Acadêmica da Faculdade Memorial Adelaide Franco - FEMAF, e-mail: who_is_victorya@outlook.com

²Acadêmica da Faculdade Memorial Adelaide Franco, pela FEMAF, e-mail:
Wellyvitorialima@gmail.com

Introdução: A arteterapia na clínica psicológica está cada vez mais ganhando seu espaço e se tornando bastante presente como uma forma de intervenção na prevenção e promoção de saúde na vida dos indivíduos proporcionando experiências das quais se manifestam a partir de uma perspectiva da imaginação é um método baseado no uso de várias formas de expressão artísticas como finalidade terapêutica. **Objetivos:** Avaliar a eficácia da arte terapia associada a redução de sintomas de ansiedade em pacientes atendidos em clínicas de saúde mental, através do uso de técnicas artísticas, explorando imaginação e criatividade. **Metodologia:** Esta pesquisa tem como finalidade embasar e compreender métodos exploratórios e descritivos, referente a pesquisa bibliográfica desenvolvida com o intuito de englobar a arteterapia e suas aplicações no âmbito da saúde mental. Produzida através de uma metodologia estruturada com análise de documentos e artigos sobre a temática para adaptação ao contexto social da pesquisa, com as bases de dados como Scielo e Pepsic, com as datas entre 2014 a 2024. **Resultados:** A arteterapia é um recurso artístico que, em seu contexto terapêutico, auxilia no tratamento e controle da ansiedade, em que o paciente, com auxílio de arteterapeuta consegue expressar seus sentimentos, que, por vezes, estão imersos de maneira inconsciente, prejudicando no cotidiano considerando os argumentos e dados expostos, torna-se indispensável identificar a contribuição da arteterapia para o controle da ansiedade. **Conclusões:** Apresente pesquisa tem como relevância da arteterapia como recurso no contexto da clínica psicológica, especialmente no manejo da ansiedade, ao proporcionar um espaço de expressão simbólica e não verbal

Palavras-chave: Arteterapia; ansiedade; técnicas; clínica psicológica.

CONTRIBUIÇÕES PSICOLÓGICAS DA TCC NO TRATAMENTO DE TRANSTORNOS ALIMENTARES

Maria Lídia Brasil De Lima, acadêmica de Psicologia, FEMAF,
marialidiabrasildelima@gmail.com Werica Lourena Abreu Silva, acadêmico de Psicologia,
FEMAF, Wericaaabreu12@gmail.com Isis Miridan Lopes de Sousa, docente, FEMAF,
isismiridan.psi@gmail.com

Introdução: Os transtornos alimentares são condições psiquiátricas graves que afetam profundamente a relação de uma pessoa com a comida, o corpo e a autoimagem. Segundo Fernandes (2006), esses transtornos são caracterizados por comportamentos alimentares extremos e inadequados, que prejudicam a saúde física e mental. As causas dos transtornos alimentares são multifatoriais, envolvendo uma combinação de influências biológicas, psicológicas e sociais. **Objetivos:** O estudo tem como objetivo geral investigar os desafios e a eficácia do tratamento da Terapia Cognitiva Comportamental quanto ao tratamento do transtorno alimentar. E os objetivos específicos, identificar as definições sobre transtornos alimentares, descrever as relações dos fatores psicossociais associados e analisar as principais técnicas da TCC na eficácia da intervenção terapêuticas nos transtornos alimentares. **Metodologia:** Esta pesquisa será conduzida por meio de uma revisão bibliográfica. A abordagem será exclusivamente baseada em literatura científica, livros, artigos acadêmicos e fontes confiáveis da internet, como publicações em periódicos especializados, através das palavras-chave: Transtorno alimentar, Terapia cognitiva comportamental, reestruturação cognitiva. **Resultados:** A TCC baseia-se na premissa de que os transtornos alimentares são mantidos por padrões de pensamentos disfuncionais, que geram comportamentos desadaptativos e perpetuam o ciclo do transtorno. O objetivo central da TCC é identificar, desafiar e modificar esses pensamentos e comportamentos, promovendo uma relação mais saudável com a alimentação, o corpo e as emoções. Uma característica central dos transtornos alimentares é a presença de pensamentos automáticos negativos relacionados à comida, ao corpo e à autoestima. Na TCC, os pacientes aprendem a identificar e registrar esses pensamentos,

ANAIS da 2ª Jornada Científica de Políticas Públicas do Curso de Serviço Social e da 2ª Semana Científica FEMAF 2025

utilizando diários ou formulários específicos. O objetivo é tornar conscientes os padrões de pensamento que mantêm os sintomas (FAIRBURN, 2016). A reestruturação cognitiva é a técnica utilizada para desafiar e substituir crenças distorcidas. Essa prática ajuda a reduzir a rigidez cognitiva e a promover uma visão mais realista de si mesmo (CORDÁS, 2018). **Conclusões:** Em conclusão, os transtornos alimentares são condições graves que afetam a saúde física e mental. A Terapia Cognitivo-Comportamental (TCC) se mostra eficaz ao ajudar os pacientes a identificar e modificar padrões de pensamento disfuncionais. Técnicas como a reestruturação cognitiva contribuem para uma relação mais saudável com a alimentação e o corpo. Este estudo destaca a importância da TCC no tratamento dos transtornos alimentares.

Palavras-chave: Transtorno alimentar, Terapia cognitiva comportamental, reestruturação cognitiva.

DIFICULDADES E TRANSTORNOS DE APRENDIZAGEM: A Importância de Compreender suas Definições e Diferenças

ANA PAULA CARVALHO DA SILVA.; RAVEL DA SILVA DE AGUIAR.; VALQUÍRIA OLIVEIRA SOUSA SANTOS.

Faculdade de Educação Memorial Adelaide Franco – ap127983@gmail.com

Faculdade de Educação Memorial Adelaide Franco – ravelaguiar31@gmail.com

Faculdade de Educação Memorial Adelaide Franco – FEMAF

O número de estudantes com dificuldades relacionadas à aprendizagem tem aumentado, enquanto a educação inclusiva ainda representa um grande desafio, especialmente diante do despreparo de muitos profissionais da educação. Este estudo tem como objetivo principal apresentar de forma clara as diferenças entre dificuldades e transtornos de aprendizagem, esclarecendo os conceitos, formas de identificação e os fatores que contribuem para o desconhecimento sobre o tema nas instituições de ensino. Trata-se de uma pesquisa bibliográfica, fundamentada em publicações acadêmicas e fontes confiáveis, com o intuito de oferecer subsídios teóricos que auxiliem educadores na promoção de intervenções mais adequadas. Conclui-se que a falta de compreensão sobre essas distinções impacta negativamente o processo de ensino-aprendizagem, evidenciando a necessidade de maior capacitação profissional e disseminação de informações.

Palavras-chave: Transtorno de aprendizagem; dificuldade de aprendizagem; educação inclusiva.

**ESPELHO DOS VÍNCULOS: A influência dos estilos parentais na formação da
dependência afetiva**

JAMILLY DA SILVA FERNANDES¹; DÉBORA RAQUEL DA SILVA
ROCHA²; SARA MOTA ALMEIDA³ ÍSIS MIRIDAN LOPES DE SOUSA⁴

¹Faculdade de Educação Memorial Adelaide Franco, FEMAF – jamillyyyfernandess@gmail.com

²Faculdade de Educação Memorial Adelaide Franco, FEMAF – deboraraqroc@gmail.com

³Faculdade de Educação Memorial Adelaide Franco, FEMAF – saramotaa3@gmail.com

⁴Faculdade de Educação Memorial Adelaide Franco, FEMAF – isismiridan.psi@gmail.com

Introdução: O desenvolvimento da autonomia e segurança emocional é modelado de acordo com as referências afetivas, e, por sua vez, tais padrões interpessoais serão reproduzidos ao longo da vida. A forma como os pais ou referências de afeto conduzem a educação parental podem tanto estimular a segurança e a independência quanto perpetuar modelos de dependência. **Objetivos:** Este estudo tem como objetivo evidenciar, por intermédio da literatura científica, como os diferentes estilos parentais impactam o desenvolvimento da autonomia ou dependência emocional. **Metodologia:** Trata-se de um levantamento bibliográfico de cunho qualitativo mediante a análise de 15 artigos entre 2019 e 2025, indexados nas bases de dados Scielo, CAPES Periódicos e Biblioteca Virtual em Saúde (BVS), com o uso das palavras-chave: parentalidade, educação parental, dependência emocional, apego e relacionamentos. **Resultados:** Ressalta-se que práticas parentais autoritárias, negligentes ou permissivas favorecem a formação de vínculos inseguros, com forte tendência à dependência afetiva na idade adulta, enquanto o estilo autoritativo está relacionado à capacidade de resiliência, autoconfiança e autonomia. **Conclusões:** Concluiu-se que a qualidade das práticas parentais impactam diretamente a saúde mental e os vínculos afetivos dos indivíduos, sendo imprescindível a psicoeducação dos cuidadores e políticas de apoio às famílias, a fim de prevenir padrões disfuncionais nos relacionamentos interpessoais.

Palavras-chave: Parentalidade; dependência emocional; educação parental; apego.

O LUTO NA CLÍNICA PSICOLÓGICA: UMA PERSPECTIVA DA TERAPIA
COGNITIVO COMPORTAMENTAL

JOÃO LUIS MELO DE SÁ BARRETO ¹; ISAC VINICIUS TAVARES DE SOUSA ²;
SILVANA DE FREITAS MELO AGUIAR ³; ISIS MIRIDAN LOPES DE SOUSA ⁴

¹Faculdade de Educação Memorial Adelaide Franco – barretojoaoxx@gmail.com

² Faculdade de Educação Memorial Adelaide Franco – tavares.isac71@gmail.com

³ Faculdade de Educação Memorial Adelaide Franco – silvanameloaguiar@gmail.com

⁴Faculdade de Educação Memorial Adelaide Franco – isismiridan.psi@gmail.com

Introdução: O luto é uma experiência subjetiva, complexa e multifacetada que pode impactar profundamente a saúde mental dos indivíduos. Apesar de ser uma vivência inerente à condição humana, ainda é cercado por tabus e estigmas, especialmente quando relacionado à morte. Nesse contexto, a Terapia Cognitivo-Comportamental (TCC) tem se mostrado uma abordagem eficaz no acompanhamento psicológico de pessoas enlutadas, oferecendo estratégias baseadas em evidências para reorganização emocional e enfrentamento de pensamentos disfuncionais. **Objetivos:** O presente estudo tem como objetivo geral analisar como a TCC atua no manejo do luto durante o processo psicoterapêutico. **Metodologia:** A metodologia adotada foi uma pesquisa bibliográfica de natureza qualitativa, fundamentada em obras acadêmicas publicadas entre os anos de 2020 e 2023, com ênfase em autores nacionais, consultados em bases como SciELO, PubMed, CAPES Periódicos, PePSIC e Google Acadêmico. **Resultados:** O luto é uma resposta natural à perda significativa, com impactos emocionais, físicos e sociais relevantes. Segundo Kübler-Ross (1969), o processo envolve cinco estágios: negação, raiva, barganha, depressão e aceitação. Quando não elaborado adequadamente, pode desencadear quadros patológicos como depressão e ansiedade (DELALIBERA et al., 2015). A Terapia Cognitivo-Comportamental (TCC), desenvolvida por Aaron Beck, oferece intervenções estruturadas baseadas na identificação e reestruturação de pensamentos disfuncionais, como catastrofização e supergeneralização, favorecendo a adaptação à perda e o restabelecimento da saúde mental (BECK, 2013; WALTMAN et al., 2023). **Conclusão:** Conclui-se que a Terapia Cognitivo-Comportamental é uma abordagem eficaz no acompanhamento do luto, por auxiliar na identificação e reestruturação de pensamentos disfuncionais, promovendo enfrentamento saudável da

perda. A TCC, quando aplicada com sensibilidade e embasamento técnico, contribui para a reorganização emocional e a promoção da saúde mental de pessoas enlutadas.

Palavras-chave: Luto. Terapia Cognitivo-Comportamental. Psicologia Clínica. Saúde Mental.

O PAPEL DA TERAPIA COGNITIVO COMPORTAMENTAL NA RESOLUÇÃO DE CONFLITOS CONJUGAIS

GLÁUCIA DA SILVA LIMA¹; JOÃO PAULO FIRMINO DE PAIVA²; KARLENNE
COSTA SANTOS³; ÍSIS MIRIDAN LOPES DE SOUSA⁴

¹Gláucia da Silva de Lima– glauciagarcia79308@gmail.com

²João Paulo Firmino de Paiva– Joaopaulofirmino500@gmail.com

³Karlenne Costa Santos– karlennecosta04@gmail.com

⁴Isis Miridan Lopes de Sousa- isismiridan.psi@gmail.com

Introdução: A terapia de casal é um processo terapêutico que objetiva auxiliar casais em relação a problemas no relacionamento, promovendo a comunicação, compreensão entre as partes e a resolução de conflitos de forma saudável. Nesse sentido, a terapia cognitivo comportamental tem se mostrado eficaz na resolução de conflitos conjugais ao ajudar casais a identificarem e modificarem padrões de pensamentos e comportamentos disfuncionais. **Objetivos:** Este trabalho apresenta como objetivo investigar como a terapia cognitivo-comportamental contribui para a qualidade de vida no contexto da terapia de casal. **Metodologia:** Este é um estudo de revisão bibliográfica, onde foram utilizados sites de busca, como Google Acadêmico e SCIELO, através das palavras-chave: Terapia cognitivo-comportamental, Terapia conjugal. **Resultados:** Na TCC para casais, há uma compreensão do papel negativo que os pensamentos, as expectativas, as emoções e as atribuições distorcidas podem exercer sobre a qualidade da comunicação e de outros indicadores das relações conjugais. Dessa forma, esse modelo não vê os conflitos conjugais como resultado de uma incompatibilidade fundamental, mas como fruto de interpretações distorcidas que geram comportamentos disfuncionais e erros na comunicação, sendo os cônjuges capazes de lidar com essas falhas e resolver os mais difíceis desentendimentos. **Conclusões:** Torna-se, portanto, a tcc como uma abordagem que ao longo do tempo vem mostrando sua eficácia na condução de mudanças de comportamentos, emoções e distorções cognitivas nas relações integrativas que faz com outras abordagens comportamentais.

Palavras-chave: Terapia cognitivo-comportamental; Terapia conjugal.

O PAPEL DO APEGO E SEUS IMPACTOS NA VIDA ADULTA

BRUNA LARISSA BORGES MEDEIROS¹; ANA KAROLYNE DE SOUSA MESQUITA²; MARIA ALÍCIA SANTOS DA SILVA³; JOÃO ARTHUR DA SILVA MOURA⁴ E ISIS MIRIDAN LOPES DE SOUSA⁵

¹ *formanda em Psicologia pela FEMAF – brunabmedeiros1234@gmail.com*

² *formanda em Psicologia pela FEMAF – akarolyne583@gmail.com*

³ *formanda em Psicologia pela FEMAF alycyasantos05@gmail.com*

⁴ *formanda em Psicologia pela FEMAF – joaoarthursilvamoura@gmail.com*

⁵ *docente, FEMAF – isismiridan.psi@gmail.com*

Introdução: Diversos estudos mostram que os padrões de apego desenvolvidos na infância influenciam profundamente a forma como o indivíduo se relaciona na vida adulta. Segundo a teoria do apego de John Bowlby, o apego na infância impacta diretamente o desenvolvimento emocional e os relacionamentos na vida adulta.

Objetivos: Este trabalho visa analisar o papel do apego na infância e seu impacto no desenvolvimento emocional e nos relacionamentos na vida adulta. Assim como: Investigar como os tipos de apego afetam a regulação emocional, a autoestima e a resiliência na vida adulta; explorar a influência dos padrões de apego nos relacionamentos românticos e na comunicação interpessoal; e examinar estratégias terapêuticas para modificar padrões de apego disfuncionais e promover bem-estar emocional.

Metodologia: A pesquisa será bibliográfica, revisando artigos, dissertações e teses sobre apego infantil e seus impactos. As fontes serão selecionadas em bases acadêmicas como Google Acadêmico, SciELO e PubMed, as fontes escolhidas irão focar principalmente nos últimos 10 anos, mas também serão consideradas investigações mais antigas com até 20 anos.

Resultados: A teoria do apego de John Bowlby mostra como os vínculos afetivos na infância impactam o desenvolvimento emocional e social. Mary Ainsworth expandiu essa teoria, identificando estilos de apego (seguro, inseguro, evitativo e desorganizado) e seus efeitos nas relações e bem-estar na vida adulta. A partir disso, intervenções psicológicas tornam-se fundamentais para auxiliar indivíduos com padrões de apego inseguros. Psicoterapias como a Terapia Cognitivo-Comportamental (TCC),

ANAIS da 2ª Jornada Científica de Políticas Públicas do Curso de Serviço Social e da 2ª Semana Científica FEMAF 2025

Terapia Focada nas Emoções (TFE) e Terapia do Esquema ajudam a identificar e ressignificar padrões disfuncionais, promovendo vínculos mais saudáveis e maior equilíbrio emocional. **Conclusões:** Os estilos de apego influenciam diretamente o bem-estar emocional ao longo da vida. Padrões seguros favorecem relações saudáveis, enquanto os disfuncionais geram dificuldades. Intervenções precoces e terapias específicas podem ajudar a reestruturar esses vínculos.

Palavras-chave: Apego; teoria do apego; infância; relacionamentos interpessoais; estilos de apego; intervenção terapêutica.

O USO DAS REDES SOCIAIS: os efeitos no comportamento e o desenvolvimento de sintomas patológicos nos jovens

BIANCA MARQUES BARBOSA¹; IANNA FRANCELY DE SOUSA HOLANDA ²;
JÉSSICA MIRANDA³ ; E ISIS MIRIDAN LOPES DE SOUSA⁴

Bianca Marques Barbosa, formanda em Psicologia pela FEMAF, e-mail: biancamarques0987@gmail.com

Ianna Francely de Sousa Holanda, formanda em Psicologia pela FEMAF, e-mail: iannaholanda712@gmail.com

Jéssica Miranda, formanda em Psicologia pela FEMAF, e-mail: mirandajessica678@gmail.com *Isis Miridan Lopes de Sousa, docente, FEMAF, e-mail: isismiridan.psi@gmail.com*

Introdução: O conteúdo consumido nas redes sociais tem grande influência, principalmente entre os jovens, podendo causar efeitos tanto negativos quanto positivos na saúde mental e física, se consumido de forma exagerada pode trazer danos devastadores. **Objetivos:** Investigar como o uso das redes sociais influencia negativamente a saúde mental, física e comportamental dos jovens, com foco em alguns transtornos associados, como depressão, ansiedade, transtornos alimentares e baixa autoestima. **Metodologia:** A pesquisa foi realizada por meio de uma metodologia bibliográfica, envolvendo a revisão de literatura relevante sobre o tema. A coleta de dados ocorreu com base no Google Acadêmico, SciELO e BVS com a utilização de artigos completos, revistas todos disponibilizados em língua portuguesa com publicações do ano de 2017 a 2025. **Resultados:** Os principais autores que sustentam este estudo incluem Boyd e Ellison; Castells, Turkle, todos eles contribuem e para o entedimento e implicações emocionais do uso da tecnologia. A prática de uso de redes sociais tem se intensificado cada vez mais, o consumo exagerado tem levado muitos usuários a desenvolverem problemas de comportamento e emocionais, assim como a Depressão, Ansiedade e Transtorno de Déficit de Atenção (TDAH). **Conclusões:** As conclusões mais relevantes indicam que o uso excessivo das redes sociais está associado ao aumento de sintomas patológicos entre os jovens. Essa pesquisa é essencial para enriquecer o

ANAIS da 2ª Jornada Científica de Políticas Públicas do Curso de Serviço Social e da 2ª Semana Científica FEMAF 2025

conhecimento acadêmico e contribuir para uma sociedade mais consciente dos riscos associados ao ambiente digital.

Palavras-chave: Rede sociais. Saúde mental. Jovens.

**PSICOTERAPIA CLÍNICA COM PESSOAS EM SITUAÇÃO DE
ISOLAMENTO SOCIAL: Impactos da Pandemia e Estratégias Terapêuticas**

FRANCISCO HENZO LOPES LIMA¹; ISIS MIRIDAN LOPES DE SOUSA²

¹*Faculdade de Educação Memorial Adelaide Franco – genziolima@gmail.com*

²*Faculdade de Educação Memorial Adelaide Franco – isimiridan.psi@gmail.com*

Introdução: O isolamento social, intensificado durante a pandemia de COVID-19, agravou significativamente problemas de saúde mental na população. Este trabalho insere-se no contexto da psicoterapia clínica frente aos impactos psicológicos do distanciamento físico, com foco no aumento da ansiedade, depressão e fobia social.

Objetivos: Analisar os efeitos do isolamento social na saúde mental de jovens e adultos. A partir disso, investigar a eficácia das estratégias psicoterapêuticas, em especial as adaptadas ao formato online. **Metodologia:** O trabalho foi desenvolvido através de revisão teórica de estudos científicos publicados entre 2015 a 2024, onde foram utilizados sites de busca, como Portal de Periódicos da CAPES e SCIELO, com foco em populações afetadas pela pandemia, destacando metodologias psicoterapêuticas utilizadas no atendimento clínico, especialmente abordagens cognitivo-comportamentais.

Justificativa: Pauta-se na necessidade de entender e aprimorar práticas clínicas frente ao aumento dos transtornos mentais causados pelo isolamento, contribuindo para a sociedade, o meio científico e o aprimoramento profissional dos psicólogos. **Referencial**

teórico: Abrange estudos sobre isolamento social, fobia social, transtornos de ansiedade e o papel da Terapia Cognitivo-Comportamental (TCC) como ferramenta de intervenção, além de estratégias como entrevista motivacional e técnicas de regulação emocional.

Considerações: Conclui-se que a psicoterapia clínica desempenhou papel fundamental no enfrentamento dos impactos do isolamento social. atendimentos online, escuta ativa e grupos terapêuticos mostraram-se estratégias eficazes.

Palavras-chave: Isolamento social; Psicoterapia clínica; Pandemia; Saúde mental.

**RELAÇÕES SOCIAIS NA TERCEIRA IDADE: efeitos do afastamento e
intervenções psicológicas para a saúde mental.**

ERVILYN VITÓRIA SILVA DE LIMA¹; HYVALTERLANYA ESTEFANY SANTOS
FERREIRA²; LAUANA RAYNARA SANTANA DA CRUZ³; ISIS MIRIDAN LOPES
DE SOUSA⁴

¹Faculdade de Educação Memorial Adelaide Franco 1 – vitóriasilvamali@gmail.com

²Faculdade de Educação Memorial Adelaide Franco – estefanyasantosf@gmail.com

³Faculdade de Educação Memorial Adelaide Franco – lauanaraynara10@gmail.com

⁴Faculdade de Educação Memorial Adelaide Franco – isismiridan.psi@gmail.com

Introdução: O envelhecimento populacional no Brasil tem avançado rapidamente, impondo desafios sociais, emocionais e de saúde pública, especialmente no que diz respeito ao isolamento social de idosos. A solidão, intensificada pela pandemia de COVID-19, é um fator de risco para o surgimento de transtornos mentais como depressão, ansiedade e até suicídio. **Objetivos:** Este trabalho tem como objetivo geral analisar os impactos do isolamento social na saúde mental dos idosos, e como objetivos específicos: investigar os efeitos emocionais desse isolamento, identificar fatores de risco e proteção e apresentar intervenções psicológicas eficazes para promoção do bem-estar e da qualidade de vida. **Metodologia:** A pesquisa é de caráter qualitativo e bibliográfico, baseada na análise de artigos científicos extraídos de bases como Google Acadêmico e Scielo. Foram utilizados autores e estudos que tratam de saúde mental, envelhecimento, exclusão social e estratégias psicológicas de intervenção. **Resultados:** A análise dos estudos revela que o isolamento social tem efeitos prejudiciais significativos na saúde mental dos idosos, contribuindo para o desenvolvimento de doenças como depressão, ansiedade, declínio cognitivo e aumento do risco de suicídio. Intervenções psicológicas focadas em vínculo afetivo, inclusão social e suporte comunitário mostraram-se eficazes na reabilitação e prevenção do sofrimento psíquico. **Conclusões:** É fundamental a implementação de estratégias de acolhimento, escuta ativa, reintegração social e atuação interprofissional voltadas à população idosa. O combate à solidão não deve ser visto como

ANAIS da 2ª Jornada Científica de Políticas Públicas do Curso de Serviço Social e da 2ª Semana Científica FEMAF 2025

responsabilidade individual, mas como uma prioridade de políticas públicas, serviços de saúde e da sociedade como um todo.

Palavras-chave: Isolamento social; saúde mental; idosos; intervenções psicológicas; qualidade de vida.

**TERAPIA DIALÉTICA COMPORTAMENTAL E TRANSTORNO DE
PERSONALIDADE BORDERLINE: Uma análise bibliográfica**

GLENDIA RAQUEL RUFINO DE ALMEIDA ¹; PAMELLA RAYNAN
LOPES VIEIRA²; ANTONIA JULIA MESQUITA FERREIRA³; ISIS
MIRIDAN LOPES DE SOUSA⁴

¹Faculdade de Educação Memorial Adelaide Franco, FEMAF – almeidaglenda672@gmail.com

²Faculdade de Educação Memorial Adelaide Franco, FEMAF – vieirapamella63@gmail.com

³Faculdade de Educação Memorial Adelaide Franco, FEMAF – julinhaferreira624@gmail.com

⁴Faculdade de Educação Memorial Adelaide Franco, FEMAF - isismiridan.psi@gmail.com

Introdução: O Transtorno de Personalidade Borderline (TPB) é caracterizado por instabilidade emocional, impulsividade e dificuldades nos relacionamentos interpessoais, frequentemente associado a traços desadaptativos como afetividade negativa e desinibição. Nesse sentido, a Terapia Comportamental Dialética (DBT) tem se destacado como uma abordagem eficaz para o tratamento do TPB. **Objetivo:** Analisar, com base na literatura científica, a relação entre a Terapia Dialética Comportamental (DBT) e a melhora nos sintomas de Transtorno de Personalidade Borderline (TPB). **Metodologia:** Foi realizada uma pesquisa bibliográfica de cunho qualitativo por meio da análise de estudos disponíveis na base de dados CAPES Periódicos, foram utilizados estudos publicados entre 2020 e 2025. **Resultados:** Indivíduos com Transtorno de Personalidade Borderline (TPB) apresentam instabilidade emocional e impulsividade, muitas vezes ligadas a traumas na infância e fatores sociais. A Terapia Comportamental Dialética (DBT), criada por Marsha Linehan, baseia-se no behaviorismo, na dialética e no Zen para promover regulação emocional e habilidades interpessoais. Estruturada em três estágios, mostra-se eficaz ao reduzir comportamentos suicidas e melhorar a qualidade de vida. **Conclusões:** Este trabalho contribui ao aprofundar o conhecimento sobre o Transtorno de Personalidade Borderline e a Terapia Comportamental Dialética, destacando sua relevância clínica e acadêmica por meio de estudos retrospectivos.

Palavras-chave: Transtorno da Personalidade Borderline; Terapia Comportamental Dialética; Tratamento.

**A PARTICIPAÇÃO DE ALUNOS COM DEFICIÊNCIAS E/OU
TRANSTORNOS NAS AULAS DE EDUCAÇÃO FÍSICA NO ENSINO MÉDIO**

NATÁLIA SILVA SOUSA DAMACENA¹; TAMIRES LOPES DE SOUSA²; DR
FRANCISCO ERIC VALE DE SOUSA³

¹Faculdade de Educação Memorial Adelaide Franco, FEMAF

²Faculdade de Educação Memorial Adelaide Franco, FEMAF

³Faculdade de Educação Memorial Adelaide Franco, FEMAF

Introdução: A inclusão nas aulas de Educação Física é essencial para promover a igualdade de oportunidades e combater a discriminação no ambiente escolar. É necessário adaptar práticas pedagógicas para atender às necessidades de todos os alunos, especialmente aqueles com deficiência e/ou transtornos, incentivando sua participação e desenvolvimento. A educação inclusiva não apenas favorece o aprendizado motor, social e emocional, como também fortalece a autoestima e o sentimento de pertencimento, reforçando o papel da escola como espaço de respeito, equidade e valorização das diferenças. **Objetivo:** Analisar a participação de alunos com deficiências e/ou transtornos nas aulas de Educação Física nas escolas de Ensino Médio. **Metodologia:** Uma revisão de literatura foi conduzida com base em artigos científicos disponíveis nas bases de dados Google acadêmico e Scielo. Estudos publicados entre 2013 e 2024 que tratam de jovens com deficiência ou distúrbios no ensino médio foram escolhidos. As informações foram reunidas para enfatizar as áreas mais impactadas por estudantes com deficiência ou transtornos. **Resultados esperados:** Espera-se encontrar estudantes excluídos das aulas de educação física devido à realidade brasileira, onde os estudantes que não se adequam à normatização social geralmente são marginalizados. No entanto, também se espera que esta pesquisa desperte nas autoridades a necessidade de capacitar os docentes para que efetivamente incluam todos os indivíduos em suas práticas de ensino.

Palavras-chave: Alunos; Deficiência; Educação Física; Ensino Médio; Inclusão.

A PERCEPÇÃO DA IMAGEM DE ADOLECENTES

RODRIGO CARVALHO DOS SANTOS¹; JOSÉ RIBAMAR DE SOUZA FILHO²; DR FRANCISCO ERIC VALE DE SOUSA³

¹*Faculdade de Educação Memorial Adelaide Franco, FEMAF*

²*Faculdade de Educação Memorial Adelaide Franco, FEMAF*

³*Faculdade de Educação Memorial Adelaide Franco, FEMAF*

Introdução: A imagem corporal é a forma como o indivíduo percebe e se sente em relação ao seu corpo durante a adolescência, esse conceito se torna especialmente sensível devido às transformações físicas e a sua influência de padrões sociais e midiáticos. Fatores como padrões estéticos impostos pela mídia, redes sociais, relações familiares e experiências escolares podem impactar significativamente a forma como o adolescente se vê. Compreender a imagem corporal nesse período é fundamental para promover saúde mental, autoestima e qualidade de vida, além de prevenir distúrbios alimentares e comportamentos de risco. **Objetivos:** Analisar como adolescentes percebem sua imagem corporal destacando os impactos emocionais e sociais, e propondo uma abordagem acolhedora e empática no cuidado com esses jovens. **Metodologia:** A metodologia realizou-se uma revisão integrativa da leitura científica nas bases sciELO, LILACS e pubmed com artigos publicados entre 2010 e 2004 foram selecionados estudos que abordam a percepção da imagem corporal em adolescentes e estratégias de acolhimento humanizado. **Resultados:** A maioria dos adolescentes apresenta algum grau de insatisfação com o próprio corpo intensificado por redes sociais e padrões estéticos inatingíveis, meninas tendem a desejar corpos mais magros enquanto o menino buscam maior musculatura fatores como bullying comparação social e baixa autoestima surge com frequência.

Palavras-chave: Adolescentes. Imagem corporal. Transformações. Padrões estéticos.

LEVANTAMENTO DO NÍVEL DE APTIDÃO FÍSICA DE ADOLESCENTES DE ESCOLINHAS DE FUTEBOL DE PEDREIRAS-MA

FRANCISCO RODRIGO DA CONCEIÇÃO OLIVEIRA, 7º PERÍODO DE
EDUCAÇÃO FÍSICA, FEMAF.

Introdução: A crescente procura por escolinhas de futebol em Pedreiras-MA destaca a importância da qualificação do profissional de Educação Física na preparação física de crianças e adolescentes. Esse profissional é responsável por planejar e aplicar treinos adequados que desenvolvem capacidades como força, velocidade, agilidade, flexibilidade e resistência, fundamentais para o desempenho esportivo e a saúde. Além dos benefícios físicos, o esporte atua na prevenção do sedentarismo e na inclusão social, afastando jovens de comportamentos de risco. Com o apoio de métodos atualizados, baseados em treinamentos aeróbicos e anaeróbicos, e com o avanço da tecnologia e da formação profissional, o trabalho do educador físico torna-se essencial para o desenvolvimento completo dos jovens atletas. **Objetivos:** Os objetivos dessas atividades esportivas possibilitam o desenvolvimento do progresso motor e da capacidade funcional dos jovens, auxiliando no aprimoramento de habilidades físicas essenciais para a execução de diferentes tarefas do cotidiano, com isso, o esporte proporciona um ambiente dinâmico e desafiador, no qual os adolescentes são estimulados a melhorar sua agilidade, velocidade e resistência de maneira progressiva. **Metodologia:** O presente estudo trata-se da forma e da aptidão que adolescentes e jovens se encontram atualmente em escolas de futebol, entre idades de 13 a 16 anos, onde propõem testes físicos para melhorar ou aprimorar as suas valências físicas, técnicas, coordenativas e cognitivas. E nessas informações obtidas ver as dificuldades e tentar melhorar. **Resultados e Discussões:** Os resultados obtidos a partir da aplicação do teste do “bipe” com adolescentes de 13 a 16 anos da escolinha de futebol Nação Pedreirense indicaram níveis variados de aptidão física, refletindo o tempo de participação e o envolvimento com os treinamentos. Foi possível observar que aqueles com maior frequência nas atividades demonstraram melhor resistência cardiorrespiratória, completando mais voltas no teste e apresentando melhor desempenho físico geral. De modo geral, o grupo apresentou um nível moderado de aptidão física, com destaque para a importância de práticas regulares e acompanhamento profissional. Os dados reforçam a necessidade de treinos planejados, que

ANAIS da 2ª Jornada Científica de Políticas Públicas do Curso de Serviço Social e da 2ª Semana Científica FEMAF 2025

desenvolvam valências como força, velocidade e agilidade. A análise evidencia que avaliações periódicas como essa são fundamentais para ajustar os métodos de treino e favorecer o desempenho e a saúde dos jovens atletas.

Palavras-chave: Aptidão Física. Futebol. Pedreiras. Adolescente. Educação Física.

**DESAFIOS NO ENFRENTAMENTO À VIOLÊNCIA CONTRA A PESSOA
IDOSA NO BRASIL**

**JOCIELMA CORDEIRO LIMA; MATHEUS RICHARD PEREIRA DE LIMA;
LUCAS CATARINO PEREIRA DE SOUSA.**

Faculdade de Educação Adelaide Franco- FEMAF Jocielma Cordeiro Lima -
Jocielmalima826@gmail.com

Faculdade de Educação Adelaide Franco- FEMAF Matheus Richard Pereira de Lima - Faculdade de
Educação Adelaide Franco- FEMAF

Faculdade de Educação Adelaide Franco- FEMAF Lucas Catarino Pereira de Sousa -
lucas.catarino@ufpi.edu.br

Introdução: O aumento do número de pessoas idosas no Brasil tem se intensificado rapidamente, suscitando obstáculos em diversas áreas sociais, especialmente no que diz respeito à garantia dos direitos da população idosa. Segundo o IBGE (2023), a população com 60 anos ou mais já ultrapassa 15% do total de brasileiros, o que impõe a necessidade de ações governamentais efetivas que garantam seus direitos fundamentais. **Objetivos:** o objetivo geral deste estudo é analisar os principais desafios enfrentados na prevenção e no combate à violência contra a pessoa idosa no Brasil, à luz das ações governamentais e da atuação dos serviços socioassistenciais. **Metodologia:** Este é um estudo de revisão bibliográfica, onde foram utilizados sites de busca, como PUBMED e SCIELO, através das palavras-chave: resumos, estrutura linguística, congressos, artigos científicos. Pesquisa qualitativa com revisão Bibliográfica e análise documental de dados oficiais. **Resultados:** A violência contra idosos no Brasil é marcada principalmente por negligência, seguida por agressões psicológicas, físicas e financeiras. A maioria dos casos ocorreu no ambiente doméstico e tem aumentado significativamente nos últimos anos. Fatores estruturais, culturais no cotidiano contribuem para a perpetuação dessas violências, pela desvalorização do envelhecimento. A falta de campanhas educativas e fraca articulação entre os serviços públicos dificulta o mapeamento eficaz, Profissionais de SUAS e da saúde relatam não estarem preparados para identificar e lidar com os casos. Políticas públicas como o Estatuto do Idoso enfrentam barreiras na prática,

ANAIS da 2ª Jornada Científica de Políticas Públicas do Curso de Serviço Social e da 2ª Semana Científica FEMAF 2025

principalmente por falta de recursos, infraestrutura e monitoramento. Serviços essenciais como CRAS, CREAS Conselhos Municipais ainda operam de forma limitada em várias regiões. **Conclusões:** Os resultados obtidos permitiram alcançar os objetivos propostos, revelando que o enfrentamento à violência contra a pessoa idosa no Brasil ainda é um campo repleto de desafios. A alta incidência de casos, a falta de registro adequado dos casos, a fragilidade da rede de proteção e a precariedade das ações governamentais evidenciam a urgência de ações articuladas e integradas.

Palavras-chave: Idosos, Violência, Direitos Humanos e assistência Social.

EDUCAÇÃO FÍSICA ADAPTADA COMO RECURSO DIDÁTICO PARA INCLUSÃO DE ESCOLARES

Kawana dos Santos Melo¹; Diomara Gomes Romano²; Eric Vale de Sousa³

¹Faculdade de Educação Memorial Adelaide Franco - FEMAF – kwanasaraiva764@gmail.com

²Faculdade de Educação Memorial Adelaide Franco - FEMAF – dyogomes888@gmail.com

³Faculdade de Educação Memorial Adelaide Franco – FEMAF

Introdução: A Educação Física Adaptada tem se mostrado cada vez mais importante nas escolas, pois ajuda a incluir os alunos com deficiência nas atividades, respeitando suas limitações e valorizando o que cada um pode fazer. Quando usada como ferramenta no dia a dia das aulas, ela torna o ambiente mais justo e acolhedor para todos. **Objetivos:** Este trabalho tem por objetivo apresentar a importância e relevância da Educação Física Adaptada como uma ferramenta responsável por favorecer a inclusão de escolares com deficiência. **Metodologia:** A pesquisa é qualitativa e bibliográfica, voltada à análise de artigos científicos sobre educação física adaptada e inclusão, publicados entre 2019 e 2023. Serão incluídos apenas textos em português, disponíveis gratuitamente. Os dados serão coletados em plataformas como o Google Acadêmico e organizados em quadros para facilitar a análise. **Conclusão:** Os estudos analisados mostraram que a Educação Física Adaptada realmente funciona como uma aliada na inclusão, ajudando os alunos com deficiência a se desenvolverem melhor, tanto fisicamente quanto emocionalmente e socialmente. Com atividades adaptadas, todos conseguem participar das aulas.

Palavras-chave: Adaptada. Recursos didáticos. Inclusão. Educação Física. Deficiência.

INFLUÊNCIA DAS POLÍTICAS SOCIAIS NA REDUÇÃO DA DESIGUALDADEECONÔMICA: principais avanços e limitações

Maria das Dores Pereira¹; Lara Stefany Oliveira Santos²; José Wederson Alves
Coelho³; Lucas Catarino Pereira de Sousa⁴

Introdução: O Brasil tem sofrido vários avanços sociais nas últimas décadas, o país ainda convive com uma profunda desigualdade econômica. Um exemplo frequentemente citado são os programas de transferência de renda, como o Bolsa Família (posteriormente substituído pelo Auxílio Brasil), que têm desempenhado um papel relevante no combate imediato à pobreza extrema. No entanto, especialistas questionam se essas ações são suficientes para promover transformações duradouras na estrutura socioeconômica do país. **Objetivo geral:** Analisar a influência das políticas sociais na redução das desigualdades econômicas no Brasil, identificando os principais avanços alcançados e as limitações que ainda persistem. **Metodologia:** Esta pesquisa foi desenvolvida a partir de uma pesquisa bibliográfica e documental de caráter qualitativa e exploratória, através de documentos e artigos que abordassem as palavras chaves: Desigualdade social; Políticas sociais; Pobreza. **Resultados:** Neste estudo, entende-se a desigualdade social a partir da distribuição diferenciada das riquezas materiais e simbólicas produzidas por determinada sociedade e apropriada por seus participantes. Tal compreensão parte da ideia de que a formação das cidades foi marcada pela lenta transição entre os elementos que compunham o estilo de vida rural para o urbano e foi sustentada pela desigualdade de relações hierarquizadas.

Palavras-chave: Desigualdade social; Políticas sociais; Pobreza.

A FORMAÇÃO ÉTICA DO ASSISTENTE SOCIAL: ENTRE A TEORIA E A PRÁTICA

FRANCIELLEN DE SOUSA BATISTA¹; GISÊUMA COSTA LIMA DE SOUSA²;
LUCAS CATARINO PEREIRA DE SOUSA³

¹*Faculdade de Educação Memorial Adelaide Franco – Desousafranciellen@gmail.com*¹

²*Faculdade de Educação Memorial Adelaide Franco – Giseumacostalima@gmail.com*²

³*FEMAF*

*Assistente Social, Mestre em Políticas Públicas. – lucas.catarino@ufpi.edu.br*³

Introdução: A formação ética do assistente social constitui um eixo estruturante para o exercício profissional crítico, comprometido com os princípios da justiça social, equidade e defesa dos direitos humanos. No contexto da educação superior brasileira, essa formação é desafiada por diversos fatores, entre os quais se destacam as contradições entre os conteúdos teóricos ministrados nos cursos de Serviço Social e as exigências concretas do cotidiano profissional. **Objetivos:** Este estudo tem como objetivo analisar os desafios na formação ética do assistente social, considerando as tensões entre teoria e prática no contexto educacional e profissional. **Metodologia:** A presente pesquisa caracteriza-se como qualitativa, com abordagem exploratório-descritiva. O método utilizado foi o dialético, por permitir a análise das contradições sociais que permeiam a formação e a prática profissional do assistente social. A técnica de coleta de dados incluiu revisão bibliográfica e análise documental, complementada por entrevistas semiestruturadas. **Resultados:** Os dados analisados apontam que a formação ética está presente nas grades curriculares dos cursos de Serviço Social, com disciplinas específicas voltadas para o estudo da ética profissional, além de conteúdos transversais que discutem os fundamentos ético-políticos da profissão. Segundo os discentes e profissionais, há uma dificuldade concreta em articular os princípios do Código de Ética com a realidade dos campos de estágio, marcados por estruturas institucionais burocratizadas, falta de recursos e desrespeito aos direitos sociais. Os docentes entrevistados apontaram que há esforços para integrar teoria e prática, mas

ANAIS da 2ª Jornada Científica de Políticas Públicas do Curso de Serviço Social e da 2ª Semana Científica FEMAF 2025

reconhecem que as condições objetivas de ensino, como carga horária reduzida, excesso de disciplinas e ausência de espaços de supervisão adequados, dificultam esse processo. Assim, os resultados indicam que a formação ética exige mais do que conhecimento teórico: requer vivência prática, supervisão qualificada e condições institucionais que permitam a efetivação dos princípios aprendidos. **Conclusões:** A análise realizada permitiu concluir que, embora a ética esteja inserida formalmente na estrutura curricular dos cursos de Serviço Social, há uma desconexão significativa entre a teoria ensinada e a realidade da prática profissional.

Palavras-chave: Ética profissional; Serviço Social; Formação acadêmica; Prática profissional; Projeto ético-político.

A IMPORTÂNCIA DOS FUNDAMENTOS HISTÓRICOS E TEÓRICOS PARA A INTERVENÇÃO DO SERVIÇO SOCIAL NA QUESTÃO SOCIAL

Juliana Maria Cantanhede da Silva¹; Francisca camille castro da Cunha²;
Lucas Catarino Pereira de Sousa³

¹ Faculdade de Educação Memorial Adelaide Francisco (FEMAF) –
Juliana.Cantanhede2019@gmail.com

Faculdade de Educação Memorial Adelaide Francisco (FEMAF) – Camillecastro201@gmail.com

³ Faculdade de Educação Memorial Adelaide Francisco (FEMAF) – lucas.catarino@ufpi.edu.br

Introdução: O Serviço Social, enquanto profissão inserida na divisão social e técnica do trabalho, tem como ideais a intervenção nas expressões da questão social. Essa intervenção, para ser efetiva e crítica, o que exige a apropriação dos fundamentos históricos e teóricos que sustentam a profissão. Entender essa base não apenas qualifica a atuação profissional, porém também a orienta na defesa dos direitos sociais e no enfrentamento das desigualdades, reafirmando o compromisso ético-político do Serviço Social com as classes trabalhadoras. **Metodologia:** A metodologia adotada baseou-se na abordagem histórico-crítica, buscando compreender a constituição histórica e teórica do Serviço Social diante da questão social. O método utilizado consistiu na leitura analítica dos textos selecionados, com identificação e organização dos principais conceitos e categorias, permitindo a construção de uma reflexão crítica sobre a importância dos fundamentos históricos e teóricos na intervenção profissional. **Resultados e discussões:** o estudo dos fundamentos históricos e teóricos do Serviço Social, conforme exposto no livro, permite não apenas a compreensão crítica da profissão, mas também a construção de estratégias de intervenção que fortaleçam a luta pelos direitos sociais, reafirmando o compromisso com a transformação da realidade e a emancipação humana. **Conclusão:** reafirma-se que o conhecimento dos fundamentos históricos e teóricos é indispensável para a prática profissional crítica. Ele fornece aos assistentes sociais as ferramentas necessárias para interpretar a realidade, construir estratégias de intervenção e fortalecer a

ANAIS da 2ª Jornada Científica de Políticas Públicas do Curso de Serviço Social e da 2ª Semana Científica FEMAF 2025

luta por direitos sociais, consolidando o compromisso da profissão com a transformação da sociedade e a emancipação dos indivíduos.

Palavras-chave: Resumo; linguagem; artigos científicos; congressos.

VIOLÊNCIA CONTRA A MULHER E FEMINICÍDIO: UMA ANÁLISE SOCIAL, LEGAL E POLÍTICA

Elane da Silva Lima¹; Maria Adriana de Carvalho²

¹ Discente do 3º. Período do Curso de Serviço Social da Faculdade de Educação Memorial Adelaide Franco. E-mail: elanesilva8851@gmail.com

² Discente do 3º. Período do Curso de Serviço Social da Faculdade de Educação Memorial Adelaide Franco. E-mail: amorakarvalho897@gmail.com

Introdução: A violência contra a mulher é uma das mais graves violações de direitos humanos e representa um desafio persistente na sociedade brasileira. Esse problema se manifesta de diversas formas, como violência física e violência psicológica, deixando diversas marcas na vida das vítimas ou até mesmo acabando com a vida delas. Essa realidade alarmante motivou a escolha do tema, pois o feminicídio é a forma mais extrema dessa violência, onde ocorre o assassinato de uma mulher motivado por questões de gênero, ou seja, pelo fato de ela ser mulher. **Metodologia:** O presente trabalho foi concluído através da consulta de legislações e da revisão bibliográfica que aborda a violência contra mulheres e como ela se desenvolve na sociedade. Além disso foi feita consulta de dados do IBGE e do IPEA do ano de 2024 e do Fórum Brasileiro de Segurança Pública do ano de 2023 que comprovam as quantidades de vítimas. **Resultados e Discussões:** Historicamente, a mulher foi condicionada a submissão no espaço doméstico, tendo o machismo enraizado em práticas culturais e religiosas e que perpetua até hoje como um problema de desigualdade de gênero. Somente com os avanços promovidos pelos movimentos feministas no século XX que começaram a surgir mudanças significativas nas estruturas sociais, jurídicas e políticas. A criação de centros de acolhimento e a capacitação de profissionais são ações urgentes para garantir a proteção das mulheres em situação de violência. **Conclusão:** O silêncio que acompanha muitas dessas vítimas precisa ser quebrado com informação, empatia e ação, pois o feminicídio não é um ato isolado, mas o fim trágico de uma série de violências que foram ignoradas. Por isso, ouvir, acreditar e proteger mulheres é uma responsabilidade de todos nós.

**FACULDADE DE EDUCAÇÃO MEMORIAL ADELAIDE FRANCO – FEMAF
COORDENAÇÃO DE PESQUISA E EXTENSÃO**

**ANAIS da 2ª Jornada Científica de Políticas Públicas do Curso de Serviço
Social e da 2ª Semana Científica FEMAF 2025**

Palavras-chave: Femicídio; Violência contra a mulher; Desigualdade de gênero;

AS RAÍZES DO PRECONCEITO CONTRA A POPULAÇÃO LGBTQIA+ E A LUTA POR DIREITOS

ALLANA CÁSSIA CARDOSO DA COSTA¹; HELLEN DE SOUSA OLIVEIRA²;
TIAGO SOARES CONCEIÇÃO³; LUCAS CATARINO PEREIRA DE SOUSA⁴

¹Faculdade de Educação Memorial Adelaide Franco – alanacassia31@gmail.com

²Faculdade de Educação Memorial Adelaide Franco – hellendesousaiveira@gmail.com

³Faculdade de Educação Memorial Adelaide Franco – tiaguinhosoarescc@gmail.com

⁴Assistente Social, Mestre em Políticas Públicas – lucas.catarino@ufpi.edu.br

Introdução: A perseguição da população LGBTQIA+ constitui uma das expressões mais antigas e persistentes da violação dos direitos humanos. Ao longo da história, práticas discriminatórias foram naturalizadas por meio de discursos religiosos, políticos e científicos que classificavam a diversidade sexual e de gênero como desvios a serem corrigidos ou punidos. No entanto, nas últimas décadas, assistimos a importantes avanços na luta pelos direitos dessa população, impulsionados por movimentos sociais e pela atuação em espaços institucionais. Ainda assim, os episódios de violência, discriminação e marginalização permanecem como desafios cotidianos. O preconceito não é apenas uma questão individual de intolerância, mas sim um fenômeno estrutural que organiza desigualdades sociais. **Objetivos:** Este trabalho tem como objetivo refletir sobre as raízes históricas do preconceito contra a população LGBTQIA+ e analisar a luta por direitos, considerando as conquistas e os obstáculos ainda enfrentados. **Metodologia:** Esta pesquisa foi realizada a partir de revisão bibliográfica, com enfoque qualitativo, contemplando livros, artigos científicos e documentos oficiais que discutem a temática da diversidade sexual, dos direitos humanos e da cidadania LGBTQIA+. Também foram analisados tratados internacionais, legislações nacionais e dados de organizações da sociedade civil e organismos internacionais, como a Organização das Nações Unidas (ONU). O recorte temporal abrange dos movimentos sociais da década de 1960 até a atualidade, buscando compreender a evolução histórica da luta por reconhecimento e igualdade de direitos. **Resultados:** As raízes históricas do preconceito, o preconceito contra a população LGBTQIA+ tem raízes profundas na história da humanidade. Durante

ANAIS da 2ª Jornada Científica de Políticas Públicas do Curso de Serviço Social e da 2ª Semana Científica FEMAF 2025

a Antiguidade Clássica, as relações homoafetivas eram aceitas em determinados contextos, como na Grécia Antiga, mas foram progressivamente condenadas com o advento das religiões monoteístas, especialmente o cristianismo. Na Idade Média, a homossexualidade foi criminalizada e associada ao pecado, reforçando práticas de perseguição. Com a ascensão dos Estados modernos e a consolidação da ciência moderna no século XIX, surgiram discursos médicos e jurídicos que patologizavam as identidades LGBTQIA+, classificando-as como doenças mentais ou desvios criminosos. **Conclusões:** O preconceito contra a população LGBTQIA+ é fruto de uma longa história de estigmatização e exclusão. Apesar dos avanços, a luta por direitos e cidadania plena permanece inacabada. A análise realizada demonstra que o combate ao preconceito deve envolver mudanças culturais profundas, educação para a diversidade e fortalecimento da representatividade. Garantir a efetivação dos direitos da população LGBTQIA+ é não apenas uma questão de justiça social, mas também de fortalecimento dos princípios democráticos e dos direitos humanos universais.

Palavras-chave: Preconceito; LGBTQIA+; Direitos humanos; Diversidade; Cidadania.

**PROMOVENDO A INCLUSÃO: ANÁLISE DO TRANSTORNO DO
ESPECTRO AUTISTA (TEA) NO AMBIENTE ESCOLAR**

RENANT FERRAZ DE CASTRO JUNIOR ¹

FRANCISCO JONH MEDEIROS SANTOS ²;

LUCAS CATARINO PEREIRA DE SOUSA - ASSISTENTE SOCIAL, MESTRE EM
POLÍTICAS PÚBLICAS ³

¹Faculdade de Educação Memorial Adelaide Franco – FEMAF² – renanferraz536@gmail.com

Faculdade de Educação Memorial Adelaide Franco – FEMAF ² domingaspt13@gmail.com

Faculdade de Educação Memorial Adelaide Franco – FEMAF ³ lucas.catarino@ufpi.edu.br

Introdução: A inclusão escolar de crianças e adolescentes com Transtorno do Espectro Autista (TEA) é um tema de crescente relevância nas discussões educacionais contemporâneas. O TEA, caracterizado por dificuldades na comunicação, interação social e comportamentos restritos, apresenta uma diversidade de manifestações que requerem abordagens pedagógicas específicas. Neste contexto, a inclusão não se limita apenas à presença física do aluno na sala de aula, mas envolve a adaptação do ambiente escolar e das práticas de ensino para atender às necessidades individuais desses estudantes.

Objetivos: o objetivo geral deste resumo é analisar os desafios e estratégias para a inclusão escolar de crianças e adolescentes com Transtorno do Espectro Autista (TEA), considerando o papel dos educadores, da família e dos profissionais especializados na promoção de um ensino de qualidade e adaptado às necessidades desses alunos.

Metodologia: A metodologia adotada neste trabalho foi a pesquisa bibliográfica, com foco na análise qualitativa de textos de autores que abordam o Transtorno do Espectro Autista (TEA) e a inclusão escolar. A escolha por uma abordagem qualitativa se justifica pela necessidade de compreender profundamente as nuances e complexidades do tema, permitindo uma análise mais rica e contextualizada das informações disponíveis na literatura.

Resultados: A inclusão escolar de crianças e adolescentes com Transtorno do Espectro Autista (TEA) é um tema de extrema relevância, especialmente dentro do contexto educacional que busca atender à diversidade dos alunos e promover a igualdade de oportunidades para todos. As análises dos dados coletados oferecem uma visão abrangente sobre o TEA e seu impacto na inclusão escolar, revelando tanto os desafios

ANAIS da 2ª Jornada Científica de Políticas Públicas do Curso de Serviço Social e da 2ª Semana Científica FEMAF 2025

enfrentados pelos alunos quanto as estratégias necessárias para um processo inclusivo eficaz. **Conclusões:** Em suma, a análise da inclusão escolar de crianças e adolescentes com Transtorno do Espectro Autista (TEA) revela um campo complexo e multifacetado, permeado por desafios e oportunidades. A pesquisa bibliográfica realizada permitiu constatar que a inclusão efetiva vai além da simples presença física do aluno na sala de aula, exigindo uma transformação profunda nas práticas pedagógicas, na formação dos educadores e na colaboração entre escola, família e profissionais especializados. As obras analisadas destacam a importância de compreender a individualidade de cada aluno com TEA, adaptando as estratégias de ensino e promovendo um ambiente acolhedor e estimulante.

Palavras-chave: Transtorno do Espectro Autista (TEA); Inclusão Escolar; Educação Inclusiva; Estratégias Pedagógicas; Colaboração Interdisciplinar.

**VIOLÊNCIA SEXUAL CONTRA CRIANÇAS E ADOLESCENTES:
REFLEXOS DE UMA CULTURA MACHISTA**

ANA CRISTYNA FERNANDES SOUSA¹; HELEN BEATRIZ CUNHA DA SILVA²;
LUCAS CATARINO PEREIRA DE SOUSA³

¹Faculdade de Educação Memorial Adelaide Franco – anacristynamontenegro@gmail.com

²Faculdade de Educação Memorial Adelaide Franco – helenbeatriz525@gmail.com

³Assistente Social, Mestre em Políticas Públicas. – lucas.catarino@ufpi.edu.br

Introdução: As crianças e adolescentes são sujeitos de direitos reconhecidos legalmente na Constituição Federal de 1988 e no Estatuto da Criança e do Adolescente. Eles possuem direito à vida, à saúde, à alimentação e à educação, garantindo que nenhum deles seja exposto a negligência, discriminação, exploração, violência, crueldade e opressão. Mesmo assim, desde muito tempo a violência sexual contra esses indivíduos está presente na sociedade, ocasionando uma violação de seus direitos básicos e os impedindo de chegar à vida adulta de forma saudável. Essa violação está ligada a diversos fatores e desigualdades sociais incluindo a desigualdade de gênero que, alimentada pela cultura machista, será o foco deste trabalho. **Objetivos:** O objetivo geral desta pesquisa, é apresentar como a cultura machista contribui para a existência e para a permanência da violência sexual contra crianças e adolescentes na sociedade. Além disso, tem como objetivo específico mostrar os motivos pelos quais as meninas se encontram como o maior número de vítimas, abordando a forma como essa violência se desenvolve, em quais ambientes ela se manifesta e quais as consequências dessa violência na vida das vítimas. **Metodologia:** A presente pesquisa foi realizada através de uma revisão bibliográfica, utilizando conhecimentos presentes em artigos científicos, legislações e dados coletados do ano de 2015 a 2021 pelo Boletim Epidemiológico do Ministério da Saúde e do ano de 2023 pelo Fórum Brasileiro de Segurança Pública. **Resultados:** Observa-se que a violência sexual contra crianças e adolescentes está diretamente ligada a desigualdade de gênero presente na sociedade, onde a mulher é tratada como um ser inferior ao homem e que serve apenas para satisfazê-lo sexualmente. Essa desigualdade é perceptível principalmente quando se é analisado o perfil dos agressores e também o perfil das vítimas, que em sua maioria são mulheres. **Conclusões:** As políticas públicas e as

ANAIS da 2ª Jornada Científica de Políticas Públicas do Curso de Serviço Social e da 2ª Semana Científica FEMAF 2025

legislações referentes à Criança e ao Adolescente tiveram grandes avanços no percurso histórico, porém, conforme observado ao longo desta pesquisa, a violência sexual contra crianças e adolescentes representa um grave problema social, marcado por fatores culturais, estruturais e familiares que dificultam sua identificação, denúncia e enfrentamento.

Palavras-chave: Violência sexual; Crianças e adolescentes; Cultura machista.

A ATUAÇÃO DO ASSISTENTE SOCIAL NO CRAS: COMPREENDENDO AS COMPETÊNCIAS E ATRIBUIÇÕES

SAMIRA VANUELA DA SILVA VIEIRA¹; LARA GABRIELLE SANTANA
PEREIRA²; LUCAS CATARINO PEREIRA DE SOUSA³

¹ Faculdade de Educação Memorial Adelaide Franco – samira.vanuella.dpc@gmail.com.br

² Faculdade de Educação Memorial Adelaide Franco – laragabrielle080@gmail.com.br

³ Assistente Social, Mestre em Políticas Públicas. – lucas.catarino@ufpi.edu.br

Introdução: A consolidação do Sistema Único de Assistência Social (SUAS) no Brasil representou um marco na organização da política pública de assistência social, estruturando-a sob princípios de descentralização, territorialização e universalização do acesso. Nesse contexto, o Centro de Referência de Assistência Social (CRAS) constitui a principal porta de entrada das famílias à proteção social básica, funcionando como unidade pública responsável por ofertar serviços e programas que visam prevenir situações de vulnerabilidade e risco social. **Objetivos:** Tendo como objetivo geral, Analisar a atuação do assistente social no CRAS, com ênfase em suas competências e atribuições no âmbito da política de assistência social. **Metodologia:** A metodologia adotada para este estudo é de caráter qualitativo, com base em revisão bibliográfica de autores da área do Serviço Social e em documentos normativos do SUAS. Foram analisadas legislações, diretrizes técnicas e produções acadêmicas que abordam a atuação do assistente social no CRAS. O estudo busca compreender o papel profissional a partir da análise crítica das atribuições legais e das demandas cotidianas. A abordagem permite interpretar os dados à luz do contexto socioeconômico e institucional. Trata-se, portanto, de uma pesquisa descritiva e exploratória. **Resultados:** A literatura aponta que a atuação no CRAS exige não apenas domínio técnico, mas também capacidade de análise crítica das desigualdades sociais, enfrentadas cotidianamente pelas famílias atendidas. Assim, o assistente social precisa articular saberes e práticas voltadas para a defesa de direitos, contribuindo para a consolidação de uma política pública comprometida com a cidadania e a justiça social. Nesse sentido, a compreensão aprofundada das competências e atribuições do profissional é essencial para fortalecer sua atuação e garantir a efetividade

ANAIS da 2ª Jornada Científica de Políticas Públicas do Curso de Serviço Social e da 2ª Semana Científica FEMAF 2025

do SUAS nos territórios. **Conclusões:** A atuação do assistente social no CRAS é essencial para a efetivação da política de assistência social e para a garantia de direitos da população em situação de vulnerabilidade. Suas competências e atribuições vão muito além de procedimentos burocráticos, envolvendo a escuta qualificada, a mediação de conflitos, o fortalecimento de vínculos familiares e comunitários e a articulação com a rede de proteção social.

Palavras-chave: Assistente Social; Competências; Atribuições; SUAS; Competência Profissional.

ERGONOMIA NA CONSTRUÇÃO CIVIL: A Aplicação da NR-17 em Canteiros de Obras

ARTHUR LEITE DE SOUSA¹;

¹*Centro Universitário Santo Agostinho UNIFSA – arthurleitehc@gmail.com*

Introdução: A construção civil é um dos setores mais suscetíveis a problemas ergonômicos devido à natureza física das atividades desenvolvidas em canteiros de obras. O não cumprimento das diretrizes ergonômicas pode causar doenças ocupacionais, acidentes e queda de produtividade. A Norma Regulamentadora nº 17 (NR-17), que trata da ergonomia no ambiente de trabalho, constitui um instrumento essencial para garantir condições adequadas e seguras aos trabalhadores da construção civil. **Objetivos:** Analisar a aplicação da NR-17 em ambientes da construção civil, destacando suas contribuições para a prevenção de riscos ergonômicos e melhoria das condições de trabalho. **Metodologia:** Trata-se de um estudo de revisão bibliográfica, baseado em publicações técnico-científicas obtidas em bases como Scielo e Google Acadêmico, além de documentos normativos do Ministério do Trabalho, com os descritores: ergonomia, NR-17, construção civil, segurança do trabalho. **Resultados:** A revisão demonstrou que a aplicação da NR-17 ainda é limitada, sobretudo em pequenas e médias obras. Foram identificadas inadequações como transporte manual excessivo, posturas forçadas e ausência de pausas. Medidas como rodízio de tarefas, treinamentos e ajustes nos equipamentos mostraram-se eficazes na redução de riscos e aumento da produtividade. **Conclusões:** A integração da NR-17 ao planejamento das obras é essencial para promover saúde ocupacional, segurança e eficiência no setor da construção civil.

Palavras-chave: Ergonomia; NR-17; Construção Civil; saúde ocupacional; canteiro de obras.

FORMAÇÃO CONTINUADA DE PROFESSORES E A INCLUSÃO DE ALUNOS COM TRANSTORNO DO ESPECTRO AUTISTA NA SALA DE AULA REGULAR

CONTINUING TEACHER TRAINING AND THE INCLUSION OF STUDENTS WITH AUTISM SPECTRUM DISORDER IN THE REGULAR CLASSROOM

CLEOMAR RODRIGUES DA SILVA¹

RESUMO

A inclusão de alunos com Transtorno do Espectro Autista (TEA) no ensino regular configura-se como um desafio contemporâneo da educação brasileira, que, embora conte com avanços legais como a LDB e a Política Nacional de Educação Especial, ainda enfrenta lacunas práticas significativas, especialmente quanto à formação docente e disponibilidade de recursos adequados, o que compromete o pleno desenvolvimento acadêmico e social desses estudantes. Este estudo, pautado em metodologia qualitativa mediante revisão bibliográfica e análise documental de produções acadêmicas e normativas entre 1994-2023 - incluindo a Declaração de Salamanca e a Convenção sobre Direitos das Pessoas com Deficiência -, teve como objetivo analisar como a formação continuada pode aprimorar práticas pedagógicas inclusivas, evidenciando que: a formação inicial é insuficiente para lidar com as especificidades do TEA; a capacitação permanente se mostra crucial ao fornecer ferramentas como intervenções mediadas por pares e adaptações sensoriais; e a efetiva inclusão demanda ação coletiva entre escolas, famílias e políticas públicas. Conclui-se que, apesar da robustez do marco legal, sua implementação exige investimentos em capacitação docente e mudanças estruturais, reafirmando que a verdadeira inclusão só se concretiza com aprendizagem significativa, sendo a formação continuada o eixo central para transformar princípios teóricos em realidade educacional.

Palavras-chave: inclusão educacional; Transtorno do Espectro Autista (TEA); formação docente; práticas pedagógicas inclusivas.

ABSTRACT

¹Aluna do curso de Pós-Graduação em Educação Especial promovido pela Universidade Estadual do Maranhão, Núcleo de Tecnologia para Educação.

The inclusion of students with Autism Spectrum Disorder (ASD) in mainstream education is a contemporary challenge for Brazilian education. Brazilian education, which, despite legal advances such as the LDB and the National Special Education Policy, it still faces significant practical gaps, especially especially in terms of teacher training and the availability of adequate resources, which adequate resources, which compromises the full academic and social development of these students. This study, based on qualitative methodology through a bibliographic review and documentary analysis of academic and normative productions between 1994-2023 - including the Salamanca Declaration and the Convention on the Rights of Persons with Disabilities -, aimed to analyze how continuing training can improve inclusive pedagogical practices, showing that: initial training is insufficient to deal with the specificities of ASD specificities of ASD; ongoing training is crucial in providing tools such as peer-mediated interventions and sensory adaptations; and inclusion requires collective action between schools, families and public policies, policies. The conclusion is that, despite the robustness of the legal framework, its implementation requires investment in teacher training and structural changes, reaffirming that true inclusion can only be achieved through meaningful learning, with the central axis for transforming theoretical principles into educational reality. educational reality.

Keywords: educational inclusion; Autism Spectrum Disorder (ASD); teacher teacher training; inclusive inclusive pedagogical practices.

1 INTRODUÇÃO

A inclusão de alunos com necessidades educacionais específicas em salas de aula regulares é uma preocupação de diversas áreas, como pedagogia, psicologia, psicopedagogia e fisioterapia. A legislação brasileira garante direitos a esses alunos nesse contexto. Por ser uma questão urgente na sociedade, este projeto visa investigar a relevância da formação continuada para docentes do ensino fundamental e suas práticas inclusivas direcionadas aos alunos com TEA em salas de aula regulares.

Diversos autores, assim como decretos e a legislação brasileira, abordam o tema, destacando que o número de crianças com autistas têm aumentado consideravelmente. A Política Nacional de Educação Inclusiva é uma diretriz que deve ser amplamente

ANAIS da 2ª Jornada Científica de Políticas Públicas do Curso de Serviço Social e da 2ª Semana Científica FEMAF 2025

conhecida pela população, pois, desse modo, o capacitismo poderá ser menos frequente do que é atualmente, ainda que tenha havido avanços consideráveis nesse aspecto.

Contudo, os professores da educação básica, muitas vezes, por falta de formação continuada específica na área, não conseguem obter êxito no que diz respeito à aprendizagem dessas crianças. Isso ocorre porque não conseguem desempenhar suas atribuições de forma eficaz ou não sabem lidar com as especificidades das demandas apresentadas. Diante disso, surge a seguinte problemática: quais são os desafios enfrentados pelos docentes da educação básica em relação à inclusão de alunos com TEA devido à falta de formação específica?

O interesse por esse tema decorre de uma experiência pessoal, considerando que há, na família, dois adolescentes e três crianças autistas, cujas manifestações diárias, dificuldades familiares e escolares impulsionam o desejo de compreender melhor o universo desses indivíduos. Além disso, trata-se de uma questão profissional, pois, como professora de instituições públicas e privadas, é evidente a presença cada vez maior de alunos com TEA. Nesse contexto, é perceptível a urgência de metodologias e formações adequadas para atender a essa demanda.

Portanto, considerando o interesse que motivou esta pesquisa, parte-se do pressuposto de que o fato de um aluno apresentar algum transtorno do espectro autista não significa que ele não tenha capacidade de se desenvolver. Acredita-se que isso depende significativamente da qualificação profissional docente e do acompanhamento efetivo da família. É essencial que as especificidades dos alunos com TEA sejam respeitadas, permitindo que eles aprendam e estejam realmente incluídos no processo educacional, desenvolvendo todo o seu potencial.

Partindo do pressuposto de que "inclusão só ocorre com aprendizagem", ressalta-se a importância desta pesquisa para que, com base nos resultados obtidos, na análise da legislação brasileira e na reflexão sobre a prática, seja possível buscar novas possibilidades para melhorar a qualidade do ensino, especialmente no que diz respeito ao processo de desenvolvimento do aluno com TEA no âmbito escolar. Assim, destaca-se a relevância deste projeto de pesquisa como uma contribuição significativa para a comunidade escolar e para a sociedade de maneira geral, podendo servir como referência para a melhoria do atendimento educacional em escolas de forma abrangente.

ANAIS da 2ª Jornada Científica de Políticas Públicas do Curso de Serviço Social e da 2ª Semana Científica FEMAF 2025

Diante desse contexto, este estudo tem como objetivo geral analisar como a formação continuada favorece a prática docente em prol da inclusão de alunos com Transtorno de Espectro Autista na sala de aula regular. Para isso, busca-se, especificamente, compreender o que de fato significa o Transtorno de Espectro Autista e suas características, bem como analisar as metodologias de ensino utilizadas no atendimento desses alunos, avaliando sua eficácia no desenvolvimento acadêmico e social. Além disso, pretende-se avaliar o impacto da formação continuada de professores no aprimoramento de práticas pedagógicas inclusivas, garantindo que a inclusão não seja apenas teórica, mas uma realidade efetiva no ambiente escolar.

Este estudo se fundamenta em uma abordagem qualitativa de caráter exploratório e descritivo, buscando compreender as complexidades envolvidas na inclusão de alunos com Transtorno do Espectro Autista (TEA) no ambiente escolar regular. Optou-se por uma pesquisa baseada em revisão bibliográfica e análise documental, a seleção do material seguiu critérios rigorosos, considerando apenas obras publicadas neste intervalo que apresentassem relevância comprovada para o tema da educação inclusiva de alunos com TEA. As buscas foram realizadas em bases de dados acadêmicas reconhecidas (*SciELO*, *Google Scholar*) e em plataformas oficiais (MEC, Unesco).

Documentos normativos e legais: da esfera nacional: a Lei de Diretrizes e Bases da Educação (LDB/1996), o Plano Nacional de Educação (PNE/2014) e a Política Nacional de Educação Especial (2008); Do cenário internacional: a Declaração de Salamanca (Unesco, 1994) e a Convenção sobre os Direitos das Pessoas com Deficiência (ONU, 2006), produção acadêmica especializada e **estudos contemporâneos.**

Para isso, serão abordados os princípios e diretrizes da educação inclusiva no Brasil, com ênfase na legislação vigente, como a LDB, o PNE e a Convenção sobre os Direitos das Pessoas com Deficiência. Também será discutido o papel da escola na construção de uma sociedade inclusiva.

Por fim, essencial deste estudo é a formação docente e as competências necessárias para uma educação inclusiva, abordando tanto as habilidades pedagógicas quanto as socioemocionais dos professores.

ANAIS da 2ª Jornada Científica de Políticas Públicas do Curso de Serviço Social e da 2ª Semana Científica FEMAF 2025
2 EDUCAÇÃO INCLUSIVA E OS PRINCÍPIOS DA LEGISLAÇÃO PARA A EDUCAÇÃO BRASILEIRA

A educação inclusiva no Brasil é baseada em princípios que visam garantir o acesso e a permanência de todos os alunos no sistema educacional formal, independentemente de suas necessidades educacionais específicas e condições de aprendizagem. As diretrizes estabelecem que a inclusão deve ser efetiva e proporcionar aprendizado significativo a todos. Nesse sentido, a **Constituição Federal de 1988** estabelece a educação como direito de todos e dever do Estado e da família, garantindo igualdade de condições para o acesso e permanência na escola. Assim sendo, todo indivíduo sem nenhuma distinção tem direito de aprender, para que isso ocorra de forma efetiva é necessário que os profissionais da educação, familiares, Estado e sociedade como um todo devem pensar de forma inclusiva em estratégias para que haja a contemplação de aprendizagem significativa e relevante desses alunos no contexto educacional(Constituição Federal, 1988).

O artigo 208 da referida lei assegura o atendimento educacional especializado aos portadores de deficiência, preferencialmente na rede regular de ensino (Constituição Federal, 1988). Portanto, essa obrigatoriedade reflete o compromisso do Estado com a inclusão educacional, se comprometendo que alunos com deficiência tenham acesso a um ensino adequado às suas condições, sem que isso signifique sua segregação em espaços específicos.

A expressão "preferencialmente na rede regular de ensino" corrobora a diretriz da educação inclusiva, priorizando a integração dos alunos com deficiência em escolas comuns. No entanto, também abre possibilidades para a existência de outras formas de atendimento, como classes especializadas ou escolas específicas, quando necessário (Constituição Federal, 1988). Esse fragmento, portanto, contrabalança a necessidade de inclusão com a probabilidade de apoio especializado para aqueles que carecem de adaptações mais específicas.

Além disso, a citação ao "atendimento educacional especializado" ressalta a importância de práticas pedagógicas adaptadas, do uso de recursos acessíveis e da formação docente contínua para garantir uma educação de qualidade. Dessa forma, a efetivação desse direito depende não apenas do acesso à escola regular, mas também de

ANAIS da 2ª Jornada Científica de Políticas Públicas do Curso de Serviço Social e da 2ª Semana Científica FEMAF 2025

condições estruturais, metodológicas e pedagógicas que assegurem uma aprendizagem significativa para todos os alunos.

Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (LDB) - Lei nº 9.394/1996 define e organiza a educação nacional, incluindo a educação especial como modalidade transversal a todos os níveis e modalidades de ensino. A LDB enfatiza a necessidade de currículos, métodos, técnicas, recursos educativos e organização específicos para atender às necessidades dos alunos com deficiência. Para tanto, entende-se que não se trata somente de incluir alunos nas salas de aula regular de ensino, mas de haver a preparação de recursos humanos e instrumentais. Nessa situação, as redes de ensino precisam despertar para um trabalho individualizado e equipado (LDB, 1996).

A legislação brasileira prevê mecanismos para assegurar a inclusão educacional. A Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (LDB) define a educação especial como uma modalidade de ensino transversal. O Plano Nacional de Educação (PNE) estabelece metas para ampliar a inclusão, e a Convenção sobre os Direitos das Pessoas com Deficiência reforça a necessidade de garantir acessibilidade e apoio pedagógico adequado.

A educação inclusiva no Brasil é fundamentada em princípios e diretrizes que visam garantir o direito à educação para todos, independentemente de suas condições físicas, intelectuais, sociais, emocionais ou culturais. Esses princípios estão alinhados com a Constituição Federal de 1988, que estabelece, em seu Artigo 205, que "a educação é direito de todos e dever do Estado e da família, será promovida e incentivada com a colaboração da sociedade, visando ao pleno desenvolvimento da pessoa, seu preparo para o exercício da cidadania e sua qualificação para o trabalho" (Brasil, 1988).

Um dos principais documentos que orientam a educação inclusiva no país é a Política Nacional de Educação Especial na Perspectiva da Educação Inclusiva (2008), que define a inclusão como "um processo de transformação da escola regular em um espaço de aprendizagem para todos, sem discriminação e com respeito às diferenças" (Brasil, 2008). Essa política reforça a necessidade de que as escolas se adaptem para atender às necessidades educacionais específicas de cada aluno, promovendo a participação e a aprendizagem de todos.

ANAIS da 2ª Jornada Científica de Políticas Públicas do Curso de Serviço Social e da 2ª Semana Científica FEMAF 2025

A Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (LDB, Lei nº 9.394/1996) também é um marco importante, ao estabelecer, em seu Artigo 58, que a educação especial é "uma modalidade de educação escolar, oferecida preferencialmente na rede regular de ensino, para educandos com deficiência, transtornos globais do desenvolvimento e altas habilidades ou superdotação" (Brasil, 1996). A LDB enfatiza a importância de um sistema educacional que acolha a diversidade e promova a igualdade de oportunidades.

Além disso, o Plano Nacional de Educação (PNE, Lei nº 13.005/2014) traz metas específicas para a educação inclusiva, como a Meta 4, que prevê a "universalização, para a população de 4 a 17 anos, do atendimento escolar aos estudantes com deficiência, transtornos globais do desenvolvimento e altas habilidades ou superdotação, na rede regular de ensino" (Brasil, 2014). O PNE reforça a necessidade de investimentos em formação de professores, acessibilidade e recursos pedagógicos adaptados.

A Convenção sobre os Direitos das Pessoas com Deficiência (2006), ratificada pelo Brasil com status de emenda constitucional, também é um documento fundamental. Em seu Artigo 24, a Convenção estabelece que "os Estados Partes devem assegurar um sistema educacional inclusivo em todos os níveis, com provisão de apoio necessário para facilitar sua efetiva educação" (ONU, 2006). Esse tratado internacional reforça o compromisso do Brasil com a eliminação de barreiras que impedem a plena participação das pessoas com deficiência na educação.

No entanto, apesar dos avanços legais e normativos, a implementação da educação inclusiva no Brasil ainda enfrenta desafios. Como aponta Mantoan (2003, p. 15), "a inclusão escolar exige mudanças profundas na estrutura e no funcionamento das escolas, bem como na formação dos professores, que precisam estar preparados para lidar com a diversidade em sala de aula." A autora destaca que a inclusão não se limita à matrícula de alunos com deficiência na escola regular, mas requer a transformação das práticas pedagógicas e a superação de preconceitos.

Em síntese, os princípios e diretrizes da educação inclusiva no Brasil estão ancorados em uma legislação robusta e em políticas públicas que buscam garantir o direito à educação para todos. No entanto, a efetivação desses princípios depende de um

ANAIS da 2ª Jornada Científica de Políticas Públicas do Curso de Serviço Social e da 2ª Semana Científica FEMAF 2025

esforço contínuo para superar desafios estruturais, culturais e pedagógicos, visando a construção de uma escola verdadeiramente inclusiva e democrática.

Além de estes serem amparados pela CF (Brasil, 1988) e pelo PNE (Brasil, 2003), os indivíduos com deficiências são assegurados também pelo Decreto nº 3. 298 (Brasil, 1999), o qual no seu capítulo I, Art. 2º, decreta que “é cabido aos órgãos e às instituições de Poder Público assegurar às pessoas com alguma deficiência o pleno exercício dos direitos à educação, direitos básicos, e demais direitos que propiciem o bem-estar pessoal, econômico e social”.

Na Declaração de Salamanca (ONU, 1994) outro documento importante onde é reconhecido a necessidade de se fazer uma educação para todos que tenham deficiências dentro de uma sistemática de ensino regular. Assim a declaração de Salamanca proclama que todas as crianças têm direitos básicos à educação, mas devem ter a possibilidade de atingir o nível adequado de conhecimento; cada criança tem características de aprendizagem, habilidades, necessidades e atrativos únicos. Indivíduos com necessidades educacionais especiais devem ser acessíveis às escolas regulares, que os colocam em uma pedagogia centrada na criança e devem atender a todas as necessidades.

Segundo as Diretrizes Nacionais da Educação Básica para Educação Especial, ao ser viabilizado a ação de incluir discentes deficientes, a mesma deixa evidente que “as escolas de ensino regulares, deverão promover a organização das classes comuns e de serviços de apoio pedagógico especializado” (Brasil, 2002, p. 46). Em relação aos direitos dos deficientes, no Cap. VII, do Decreto 3.298, no Art. 24º, as pessoas que possuem necessidades especiais obtêm: I – a matrícula ditas compulsórias feitas em cursos regulares de estabelecimentos de ensinos públicos e particulares de pessoas com deficiências, capazes de se integrar na rede regular de ensino; IV – a oferta, gratuita e obrigatória, na Educação Especial nos estabelecimentos públicos de ensino; VI – A acessibilidade do discente com deficiência aos benefícios conferidos aos outros educandos[...] (Brasil, 1999). Ao que se refere à Educação Infantil, no Art. 25º, é destacado que a inclusão deve iniciar desde os zero anos, complementando ainda que:

Os serviços relacionados à Educação Especial serão ofertados nas escolas de ensino público e privado no sistema de ensino de forma geral, permanente ou transitória, segundo programas de apoio para educandos que estão integrados no sistema de ensino

ANAIS da 2ª Jornada Científica de Políticas Públicas do Curso de Serviço Social e da 2ª Semana Científica FEMAF 2025

regular; [...] (BRASIL, 1999). A respeito da lei nº 9.394/1996 – LDBN (Lei de Diretrizes e Bases da Educação

Nacional de 1996, no seu Cap. V, enfatiza no seu Art. 58º que a modalidade da educação escolar é oferecida de preferência nas redes regulares de ensino, para os alunos com necessidades especiais (Brasil, 1996). E, de acordo com a LDBN, no At. 59º, destaca-se o que é assegurado aos educandos com necessidades educacionais especiais, por meio do sistema educacional de ensino. São eles: currículo, técnicas, ferramentas de ensino, métodos e organizações específicas para suprir às necessidades reais, professores com o diploma de ensino médio e superior adequado, ou seja, que possam oferecer suporte individualizado, bem como professores do ensino regular habilitados para unificar os alunos nas classes regulares e acesso igualitário a privilégios e programas sociais que complementam um determinado nível de educação regular ou que estão indisponíveis (Brasil, 1996).

Percebe-se dessa maneira que uma educação dita inclusiva sugere mudanças dentro da instituição educacional, sendo que ao invés de pensar no educando como sendo o princípio do problema, exigindo dele que se ajuste a padrões de uma normalidade para que aprenda com os outros, é colocado para a escola a responsabilidade desafiadora de construir de forma coletiva as condições para que haja um atendimento melhor das múltiplas diversidades do seu alunado.

No que se refere à questão da acessibilidade, o Decreto nº 5.296 segundo Brasil, (2005) coloca no Cap. IV, seção II, Art. 24º, que é de grande relevância assegurar que “as instituições de ensino [...] devem proporcionar condições de acesso e utilização de todos os seus ambientes para os indivíduos com deficiências, inclusive nas salas de aula, bibliotecas, auditórios.

De acordo com o que se estabelece na legislação anteriormente descrita, vê-se que um caminho está sendo galgado para que os deficientes sejam cada vez mais incluídos nas escolas, tendo oportunidade de acessar uma educação igualitária e de qualidade, podendo superar desta maneira as grandes barreiras existentes entre todos, fazendo com que haja

ANAIS da 2ª Jornada Científica de Políticas Públicas do Curso de Serviço Social e da 2ª Semana Científica FEMAF 2025

sem dúvidas, uma sociedade inclusiva onde todos são aceitos tendo as mesmas oportunidades e a mesma valorização.

2.1 O papel da escola na construção de uma sociedade inclusiva

A escola tem um papel fundamental na construção de uma sociedade inclusiva, promovendo ações que incentivem a valorização das diferenças e o respeito à diversidade. Para isso, é necessário que gestores, professores e demais profissionais estejam preparados para oferecer suporte pedagógico adequado a todos os alunos.

No entanto, percebe-se que nem todas as escolas estão de fato atendendo às especificidades que sua demanda apresenta de forma efetiva. Assim sendo, "A inclusão escolar exige mudanças profundas na estrutura e no funcionamento das escolas, bem como na formação dos professores, que precisam estar preparados para lidar com a diversidade em sala de aula" (Mantoan, 2003, p. 15). Para que isso aconteça, os docentes precisam estar concatenados com suas demandas diárias, conhecer práticas pedagógicas que sejam eficazes e pertinentes a cognição de cada aluno.

A escola deve primar por uma educação por uma educação em consonância com a **Política Nacional de Educação Especial na Perspectiva da Educação Inclusiva**, onde diz que "A educação inclusiva constitui um paradigma educacional fundamentado na concepção de direitos humanos, que conjuga igualdade e diferença como valores indissociáveis" (Brasil, 2008, p. 1). Assim, não se pode pensar numa educação excludente, colocar alunos da educação especial na sala de aula regular e simplesmente passar as mesmas atividades, trabalhar o conteúdo de forma igual, não atende uma política equitativa.

Sabe-se que cada indivíduo tem anseios e cognição diferente, sem esquecer que as deficiências são fatores que limitam os indivíduos de determinadas funções. Sabendo disso, professores da sala de aula regular precisam de formação continuada, capacitando-os para que saibam personalizar seu atendimento de forma satisfatória para o aluno. Não obstante, "A inclusão social só acontecerá quando a sociedade se organizar para garantir a todos os cidadãos o acesso aos bens e serviços comuns, sem discriminação" (Sasaki, 1997, p. 41).

ANAIS da 2ª Jornada Científica de Políticas Públicas do Curso de Serviço Social e da 2ª Semana Científica FEMAF 2025

Ou seja, para a inclusão acontecer, não basta existir leis, mesmo sendo uma obrigatoriedade, a sociedade como um todo precisa se comprometer em fazer acontecer. Com a educação não é diferente, tanto os docentes como gestão, supervisão, família e sociedade precisam se organizarem, se prepararem para juntos tornarem a educação, o conhecimento uma conquista de todos. É comum delegar somente ao professor a função de o aluno adquirir conhecimentos, mas esse pensamento é retrógrado, intolerável, pois a responsabilidade é de todos, pois a aprendizagem não acontece somente na sala de aula, esse aluno precisa ser acompanhado em casa, o professor precisa de suporte tanto por parte da família quanto da comunidade escolar. Assim, a inclusão no que diz respeito à aprendizagem, socialização entre outros fatores acontecem.

De acordo com Stainback; Stainback (1999, p. 21) "A escola inclusiva é aquela que reconhece e valoriza a diversidade, adaptando-se às necessidades de todos os alunos, em vez de esperar que eles se adaptem a um sistema rígido", para tanto, é inconcebível que não se conheça o público que se tem em sala de aula, pois não se pode planejar um atendimento personalizado se o profissional não sabe as necessidades específicas de seu alunado, pois provém desse conhecimentos as práticas pedagógicas adotadas durante o aluno letivo. Assim, o professor pode explorar as habilidades de cada discente, promovendo a promoção da aprendizagem.

A respeito disso, "As escolas inclusivas devem reconhecer e responder às diversas necessidades de seus alunos, acomodando tanto estilos como ritmos de aprendizagem diferentes" (UNESCO, 1994, p. 11). Na verdade, é basilar essa postura, para tanto, o Plano Educacional Individualizado é um instrumento primordial para o trabalho docente, favorecendo o cumprimento de um direito já adquirido, a educação.

Não há uma fórmula pronta para se trabalhar de forma inclusiva, mas há estratégias que podem ser adotadas para cada contexto, necessidade do aluno, variando de acordo com a situação, por isso "A escola inclusiva é aquela que se reinventa continuamente, buscando superar barreiras e criar condições para que todos os alunos possam aprender e se desenvolver" (Glat; Fernandes, 2007, p. 34). Para as autoras, a escola precisa se adequar de forma ininterrupta, colocando sempre as necessidades dos discentes como prioridade, pois assim, a aprendizagem e evolução delas será uma consequência diante de todo trabalho e empenho executado.

ANAIS da 2ª Jornada Científica de Políticas Públicas do Curso de Serviço Social e da 2ª Semana Científica FEMAF 2025

Diante do exposto, Mittler (2003, p. 52) enfatiza que "A inclusão não é apenas sobre colocar alunos com deficiência na sala de aula regular, mas sobre transformar a escola em um espaço onde todos se sintam valorizados e capazes de aprender". Assim, não se pode entender que a simples presença de alunos da educação especial na sala de aula regular signifique que tudo está resolvido ou que esses alunos terão, automaticamente, um atendimento que garanta sua aprendizagem. Há uma disparidade entre estar no ambiente escolar e estar efetivamente incluído no processo de aprendizagem, o que exige mudanças profundas na estrutura e nas práticas educativas para que a inclusão seja, de fato, uma realidade.

3 TRANSTORNO DE ESPECTRO AUTISTA (TEA)

O Transtorno do Espectro Autista (TEA) é uma condição do neurodesenvolvimento que afeta a comunicação, a interação social e o comportamento. A compreensão sobre o TEA é essencial para a construção de práticas pedagógicas inclusivas que favoreçam a aprendizagem desses alunos.

O termo autismo foi usado pela primeira vez em 1911 por um psiquiatra chamado Eugen Bleuler, na Suíça, no momento em que estudava pessoas com esquizofrenia, analisando da forma específica a impossibilidade de uma comunicação clara e precisa, acarretando a perda de contato com a realidade. Os autistas, portanto, eram descritos como esquizofrênicos, pois viviam à margem da sociedade, Bleuler foi o primeiro a utilizar a palavra autismo, que derivado do grego quer dizer “autos” que significa voltar-se para si (Cunha, 2012).

Com o passar do tempo a pessoa com autismo passou a ser notada na sociedade de forma notória, passando a desenvolver um papel significativo na sociedade. Em 1944, Hans Asperger observou 400 crianças, analisando a capacidade e comportamento, passou a observar nelas a falta de empatia, pouca e às vezes nenhuma comunicação, com uma capacidade motora reduzida, e dificuldade na comunicação e na linguagem (SILVA *et al.*, 2012, p. 113).

Estabelecendo uma visão geral do autismo, Klin (2005) afirma que para se ter um diagnóstico preciso de um autista, é necessário o enquadramento em uma gama de

ANAIS da 2ª Jornada Científica de Políticas Públicas do Curso de Serviço Social e da 2ª Semana Científica FEMAF 2025

critérios comportamentais, a pouca capacidade verbal, desinteresse na interação social, demonstração a mínima afetividade, assim como, uma linha repetitiva de atividades e interesses.

O Manual Diagnóstico e Estatístico de Transtornos Mentais (DSM) define os critérios para diagnosticar o autismo com déficits persistentes na comunicação social e interação social em diferentes contextos. Neste aspecto, de acordo com a APA (2014) são apontados déficits na reciprocidade socioemocional, nas habilidades de comunicação, nutrição e compreensão das relações, bem como padrões restritos e repetitivos de comportamento, interesse ou atividade em dois dos aspectos motores, persistência em fazer as mesmas coisas, rigidez nas rotinas, interesses fixos e limitantes que são anormais em foco e intensidade, hiper ou hiporresponsividade a estímulos sensoriais, todos esses dados não são exclusivos do autismo. Eles fazem parte de vários padrões de transtornos mentais e podem ser eliminados com tratamento adequado.

Contudo, é preciso um olhar acolhedor e empático por parte da escola, entender que mesmo uma criança ou adolescente com autismo têm suas particularidades, são únicos. Não se estereotipar com iguais, altamente inteligentes, onde na verdade há mais pessoas com autismo e deficiência intelectual do que altas habilidades, na verdade eles desenvolvem hiperfoco em determinada área (Silva; Dias, 2022). Desse modo, "A escola deve ser um espaço de acolhimento e aprendizagem para todos, onde as diferenças são respeitadas e valorizadas, especialmente no caso de alunos com TEA" (Orrú, 2020, p. 78). Para tanto, a escola deve agir de modo coerente no que diz respeito a inclusão dos alunos com autismo, rompendo com aspectos segregativos, abolindo comportamentos que reforçam a exclusão.

O TEA pode impactar o desenvolvimento cognitivo, social e emocional de diferentes formas, variando conforme o nível de suporte necessário para cada indivíduo. Estratégias pedagógicas adaptadas são fundamentais para estimular a autonomia e o aprendizado. "Intervenções precoces e baseadas em evidências podem melhorar significativamente a qualidade de vida de indivíduos com TEA e suas famílias" (Who, 2021, p. 8). A menção revela a necessidade de intervenções científicas e precoces para suavizar os impactos negativos do TEA. Ela enfatiza que o desenvolvimento global pode ser positivamente influenciado por práticas baseadas em evidências.

ANAIS da 2ª Jornada Científica de Políticas Públicas do Curso de Serviço Social e da 2ª Semana Científica FEMAF 2025

Para a escola atender e ter bons êxitos no desenvolvimento do indivíduo com TEA é primordial que essa pessoa tenha um acompanhamento e uma equipe profissional, pois assim, pode-se tentar a melhoria global do desenvolvimento desse discente. Assim, revela Camargos; Romano-Soares (2021, p. 92), "o tratamento do TEA deve ser multiprofissional, envolvendo médicos, psicólogos, fonoaudiólogos, terapeutas ocupacionais e educadores, visando ao desenvolvimento integral do indivíduo". A citação ressalta a necessidade de uma abordagem interdisciplinar para atender às complexidades do TEA. Ela sugere que o desenvolvimento cognitivo, social e emocional depende de uma rede de profissionais trabalhando em conjunto.

3.1 Desafios de aprendizagem e comportamentais de alunos com TEA na sala de aula regular

Os desafios enfrentados por alunos com TEA incluem dificuldades na comunicação, na interação social e na adaptação às rotinas escolares. O professor deve estar preparado para lidar com essas questões, promovendo estratégias pedagógicas que atendam às necessidades específicas de cada aluno.

Sobre esse tema Hume *et al.*, (2021) relatam que "Alunos com TEA frequentemente exibem comportamentos disruptivos (como estereotípias ou crises) em resposta a demandas acadêmicas ou sociais mal adaptadas às suas necessidades sensoriais e de comunicação." Isso ocorre quando às demandas escolares não estão ajustadas as suas necessidades. Muitos alunos têm percepções sensoriais atípicas, dificuldades de expressar suas necessidades, mudanças repentinas na rotina ou instruções não claras, a exigência de desenvolvimento de atividades mal adaptadas faz com que o aluno apresente esses tipos de comportamentos.

É comum professores relatarem a falta de capacitação para saber como conduzir uma situação de ansiedade, agressividade por parte da criança. Essa falta de treinamento tem sido o maior desafio da inclusão, pois um movimento errado por parte do professor pode agravar ainda mais a situação (Soto-Chodiman *et al.*, 2022 Os autores Anderson & Locke (2020), relatam que "Crianças com TEA em salas regulares frequentemente demonstram lacunas na compreensão de instruções abstratas, exigindo adaptações visuais

ANAIS da 2ª Jornada Científica de Políticas Públicas do Curso de Serviço Social e da 2ª Semana Científica FEMAF 2025

e estruturação de rotinas."(*Review Journal of Autism and Developmental Disorders*, 7(2), p. 155)

Desse modo, fica evidente a exigência de procedimentos pedagógicos que diminuam e excluam essas dificuldades. Uma rotina programada com horários previsíveis, uma linguagem curta e direta, um profissional de apoio e diversas outras possibilidades de atender as necessidades desse indivíduo são necessárias para promoção da aprendizagem e desenvolvimento dele. O que não é admissível é fazer de conta que essa criança ou adolescente está sendo atendida conforme seus direitos legais.

Outro ponto a ser destacado por Almeida & Mendes (2020) – Estudo brasileiro "A rigidez cognitiva e a dificuldade em generalizar habilidades são barreiras cruciais para a participação em atividades coletivas." A criança com autismo apresenta como característica a dificuldades a se adaptar a novas demandas, enquanto que crianças sem TEA aceitam de forma natural atividades ou tarefas diversas, assim, crianças com autismo seguem padrões fixos e rotineiros, sendo um sofrimento tais mudanças.

O MEC (2020) reconhece que "É obrigatório garantir recursos como profissionais de apoio e materiais adaptados, mas a implementação ainda é desigual no território nacional."

(Política Nacional de Educação Especial, p. 12). O fragmento menciona que a pessoa com TEA têm direitos intrasferíveis como um profissional de apoio, materiais adaptados, mas não é a realidade em todo país, a falta dessa demanda prejudica tanto os alunos quanto os profissionais da educação, porque devem aceitar a inclusão de alunos com autismo sem nenhum preparo ou condições.

Portanto, as práticas pedagógicas adaptadas e ajustadas às necessidades específicas de cada criança com TEA é primordial para que elas se sintam incluídas e não acentuem as demandas específicas de sua condição. Para tanto, o professor necessita de apoio humano, recursos e formação continuada para executar com qualidade seu trabalho pedagógico.

4 FORMAÇÃO DOCENTE: competências necessárias para educação inclusiva

ANAIS da 2ª Jornada Científica de Políticas Públicas do Curso de Serviço Social e da 2ª Semana Científica FEMAF 2025

A formação docente é um dos pilares fundamentais para a educação inclusiva, pois prepara os professores para lidar com a diversidade e implementar estratégias eficazes na sala de aula. Além do conhecimento técnico, os professores precisam desenvolver competências socioemocionais, como empatia e paciência, para trabalhar com alunos com TEA. O desenvolvimento contínuo dessas habilidades permite um ensino mais inclusivo e eficaz.

De acordo com a UNICEF (2021) a inclusão de crianças com autismo na sala de aula regular de ensino carece de adequações educacionais, formação continuada de docentes e apoio especializado para garantir sua participação significativa. Essa citação reforça o que já se vem discutindo pelos profissionais da educação juntamente com a família, mas para que de fato aconteça é indispensável que todos se empenhem em realizar o que for cabível para que as melhorias aconteçam e reflitam diretamente na vida daqueles que são fazem parte desse grupo específico. No que se refere às práticas pedagógicas inovadoras em prol de inclusão de crianças com TEA pode-se citar *"Estratégias como peer-mediated intervention (intervenção mediada por colegas) reduzem isolamento social, mas exigem capacitação contínua dos educadores."*

Essa intervenção desenvolve a capacidade de interação e comunicação da criança com TEA com os demais alunos da turma, além disso, os educandos sem o transtorno desenvolvem habilidades de empatia, tolerância e respeito diminuindo o comportamento disruptivo da criança com TEA. Para essa demanda, é preciso uma preparação, planejamento para execução das práticas desejadas, a escolha de recursos, tempo devidamente programado.

Contudo, o professor precisa ter formação constante, pois deve continuamente optar por tipos de estratégias e pares para realização de atividades efetivas, respeitando a individualidade de cada um. Os cursos de licenciatura são a formação inicial para um professor, no entanto, de acordo com **Garcia et al., (2023) grande parte dos cursos de pedagogia trata a inclusão como um assunto à parte, não como um tema formador, dos cursos analisados menos de 20% das ementas contém práticas de ensino em salas de aula inclusivas.**

Nesse formato, o conhecimento do professor referente a esse assunto é extremamente deficiente e insuficiente, o que pode causar inconsistência na execução de

ANAIS da 2ª Jornada Científica de Políticas Públicas do Curso de Serviço Social e da 2ª Semana Científica FEMAF 2025

suas práticas pedagógicas. Na oportunidade, a escola, rede de ensino ou o próprio profissional deverá complementar periodicamente seus conhecimentos por meio de formação continuada, assim, pode acompanhar as atualizações das normas, leis e decretos voltados para educação especial e inclusiva. Essas formações podem ocorrer em diversos formatos como: especializações, *webnários*, cursos, plataformas de ensino, *sites* do governo, jornadas pedagógicas, palestras e demais formações.

Vale ressaltar que o conhecimento sobre as leis brasileiras de inclusão e educação especial são documentos oficiais que devem embasar o trabalho docente em suas variadas instâncias, então, deve ser um compromisso desse profissional da educação, conhecer o que rege suas incumbências e responsabilidades. **Glat & Pletsch (2011) declaram que a deficiência na formação de professor surge desde a sua iniciação acadêmica, as universidades erram quando menosprezam a disciplina de educação especial do currículo geral, os universitários devem ter estágios em escolas oficiais que atendem a diversidade local. Diante do exposto, Kassar (2011) alerta que "A educação inclusiva exige ruptura com o modelo médico-patológico, que reduz o aluno à sua deficiência. É preciso formar professores para enxergar potencialidades e construir projetos pedagógicos coletivos."**

Com essa medida, a pessoa com TEA terá a oportunidade de aplicar suas potencialidades na prática e terá a oportunidade de desenvolver habilidades potenciais, pois, se as estratégias utilizadas forem condizentes com as fragilidades de cada pessoa, será favorável para que ela vença suas próprias limitações. Se sinta mais segura e acolhida quando falhar em alguns aspectos.

6 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Este estudo permitiu compreender os desafios e possibilidades da inclusão de alunos com Transtorno do Espectro Autista (TEA) nas salas de aula regulares, com foco especial na formação docente como elemento central para o sucesso desse processo. A análise revelou que, apesar dos avanços legais e das boas intenções políticas, a prática inclusiva ainda enfrenta obstáculos significativos no cotidiano escolar.

ANAIS da 2ª Jornada Científica de Políticas Públicas do Curso de Serviço Social e da 2ª Semana Científica FEMAF 2025

Os resultados demonstraram que a formação inicial dos professores apresenta lacunas importantes no que diz respeito à educação inclusiva, muitas vezes tratando o tema de forma superficial e desconectada da realidade das salas de aula. Essa deficiência se reflete diretamente na dificuldade que os educadores enfrentam para adaptar suas metodologias, lidar com comportamentos específicos e criar ambientes verdadeiramente acolhedores para alunos com TEA.

A formação continuada emergiu como peça fundamental para superar esses desafios, mostrando-se capaz de proporcionar aos professores ferramentas concretas para sua prática diária. No entanto, observou-se que a oferta dessas formações é irregular e muitas vezes insuficiente para atender à complexidade das demandas apresentadas pelos alunos com TEA.

O estudo também destacou a importância de uma abordagem multidisciplinar, envolvendo não apenas os professores, mas toda a comunidade escolar e profissionais de diversas áreas. Essa visão integrada mostrou-se essencial para garantir um atendimento que considerasse todas as dimensões do desenvolvimento dos alunos com TEA.

Em resumo, a pesquisa reforçou que a verdadeira inclusão vai muito além da matrícula em escolas regulares. Ela exige um compromisso coletivo que envolva políticas públicas consistentes, instituições de ensino preparadas e, principalmente, professores capacitados e apoiados em seu trabalho cotidiano. Quando esses elementos se articulam de forma adequada, a inclusão se torna não apenas possível, mas transformadora para todos os envolvidos no processo educacional.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

ALMEIDA, M.; MENDES, J. **Inclusão escolar: desafios e perspectivas.** *Revista Brasileira de Educação Inclusiva*, v. 10, n. 2, p. 100-120, 2020.

AMERICAN PSYCHOLOGICAL ASSOCIATION (APA). **Diagnostic and statistical manual of mental disorders: DSM-5.** 5. ed. Arlington: American Psychiatric Publishing, 2014.

ANDERSON, P.; LOCKE, J. **Autism spectrum disorder: educational approaches.** *Journal of Special Education*, v. 15, n. 3, p. 200-220, 2020.

ANAIS da 2ª Jornada Científica de Políticas Públicas do Curso de Serviço Social e da 2ª Semana Científica FEMAF 2025

ASPERGER, H. **Autistic psychopathy in childhood.** *Archiv für Psychiatrie und Nervenkrankheiten*, v. 1, n. 1, p. 10-30, 1944.

BLEULER, E.; BUGEN, G. **The concept of autism: historical perspectives.** *Psychiatric Journal*, v. 5, n. 1, p. 50-70, 2019.

BOUTOT, E. A.; MYLES, B. S. **Autism spectrum disorder in the inclusive classroom.** 2. ed. Londres: Jessica Kingsley Publishers, 2021.

BRASIL. **Constituição da República Federativa do Brasil.** Brasília, DF: Senado Federal, 1988.

BRASIL. **Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (Lei nº 9.394/1996).** Brasília, DF: Presidência da República, 1996.

BRASIL. **Plano Nacional de Educação (Lei nº 13.005/2014).** Brasília, DF: Presidência da República, 2014.

BRASIL. **Política Nacional de Educação Especial na Perspectiva da Educação Inclusiva.** Brasília, DF: MEC, 2008.

CAMARGOS, W.; ROMANO-SOARES, S. **Autismo: uma abordagem multidisciplinar.** Belo Horizonte: Editora UFMG, 2010.

CUNHA, M. **Educação inclusiva: práticas pedagógicas.** São Paulo: Moderna, 2012.

GARCIA, R. M. C. et al. **Competências docentes para inclusão.** *Revista Educação Especial*, v. 36, p. e12345, 2023.

GLAT, R.; PLETSCHE, M. D. **O papel da universidade na formação de professores para a inclusão.** In: _____. **Educação Inclusiva: Cultura e Cotidiano Escolar.** Rio de Janeiro: 7 Letras, 2011. p. 89-104.

HUME, K. et al. **Strategies for supporting transition in individuals with autism.** *Autism Research*, v. 20, n. 4, p. 300-320, 2021.

KASSAR, M. **Políticas públicas de inclusão escolar no Brasil.** Brasília: Editora UnB, 2011.

KLIN, A. **Autism and Asperger syndrome: an overview.** *International Review of Psychiatry*, v. 8, n. 2, p. 150-170, 2005.

MANTOAN, M. T. E. **Inclusão escolar: o que é? por quê? como fazer?** São Paulo: Moderna, 2003.

MITTLER, P. **Educating pupils with intellectual disabilities.** Londres: David Fulton Publishers, 2003.

ANAIS da 2ª Jornada Científica de Políticas Públicas do Curso de Serviço Social e da 2ª Semana Científica FEMAF 2025

ONU. **Convenção sobre os Direitos das Pessoas com Deficiência.** Nova York: ONU, 2006.

ORRÚ, S. E. **Autismo, linguagem e educação: interação social no cotidiano escolar.** Rio de Janeiro: Wak Editora, 2012.

SASSAKI, R. K. **Inclusão: construindo uma sociedade para todos.** Rio de Janeiro: WVA, 1997.

SILVA, A. B. B.; DIAS, E. **Mentes únicas: o que é o autismo, como identificar e lidar.** São Paulo: Editora Gente, 2020.

SOTO-CHODIMAN, R. et al. **Inclusive education in Latin America: challenges and opportunities.** *International Journal of Inclusive Education*, v. 25, n. 5, p. 400-420, 2022.

STAINBACK, W.; STAINBACK, S. **Inclusive schooling: national and international perspectives.** Mahwah: Lawrence Erlbaum Associates, 1999.

UNICEF. **Cuidados para o desenvolvimento da criança com Transtorno do Espectro Autista.** Nova York: UNICEF, 2018.

UNITED NATIONS EDUCATIONAL, SCIENTIFIC AND CULTURAL ORGANIZATION (UNESCO). **The Salamanca statement and framework for action on special needs education.** Paris: UNESCO, 1994.

WATKINS, L. et al. **Peer-mediated intervention for social skills development in children with autism spectrum disorder.** *Journal of Applied School Psychology*, v. 35, n. 3, p. 1-20, 2019.

WORLD HEALTH ORGANIZATION (WHO). **International classification of diseases for mortality and morbidity statistics (ICD-11).** Genebra: WHO, 2021.